

KATIA REGINA MICOS

**AUTORES E TEMAS: ÍNDICE DA REVISTA DA FACULDADE  
DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

Trabalho de conclusão da disciplina  
Pesquisa da Informação II, Curso  
Gestão da Informação, do Setor de  
Ciências Sociais Aplicadas, da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Suely Ferreira da Silva.

CURITIBA  
2004

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1 NASCE UMA UNIVERSIDADE .....	1
<b>2 O PROBLEMA</b> .....	<b>3</b>
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	<b>4</b>
3.1 GERAL .....	4
3.2 ESPECÍFICOS .....	4
<b>4 LITERATURA PERTINENTE</b> .....	<b>5</b>
4.1 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA .....	5
4.2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA E PERIÓDICOS: QUESTÕES INICIAIS .....	7
4.3 PERIÓDICO CIENTÍFICO ELETRÔNICO: DISCUSSÃO CONCEITUAL E EVOLUÇÃO.....	8
4.4 O PERIÓDICO JURÍDICO.....	12
4.5 PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS NA ÁREA JURÍDICA.....	15
4.6 BASE DE DADOS E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO .....	20
4.7 DEFINIÇÃO DE ÍNDICE.....	26
4.7.1 Os índices classificam-se em: internos e externos.....	26
4.7.2 Categorização dos índices.....	26
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	<b>27</b>
<b>6 ANÁLISE ACERCA DOS DADOS</b> .....	<b>29</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>38</b>
<b>ANEXO 1 – JANELA INICIAL DA BASE</b> .....	<b>41</b>
<b>ANEXO 2 – MODELO DA JANELA PARA ENTRADA DOS DADOS</b> .....	<b>42</b>
<b>ANEXO 3 – LISTA DOS ARTIGOS</b> .....	<b>43</b>
<b>ANEXO 4 – ÍNDICE TEMÁTICO</b> .....	<b>58</b>
<b>ANEXO 5 – ÍNDICE DE AUTORES</b> .....	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A produção científica nas universidades e institutos de pesquisas tem sido analisada considerando-se vários aspectos, entre eles a avaliação da própria instituição. Os pesquisadores de forma geral também vivenciam a exigência da produtividade em função das pontuações para a garantia do escore no ranking da ciência. Considerando tais fatores e principalmente buscando elucidar a produtividade numa área rica como o Direito, esta investigação analisa a *Revista da Faculdade de Direito*, produzida pela *Universidade Federal do Paraná* desde dezembro de 1953, visando à realização de um índice temático e onomástico para o periódico.

No decorrer da pesquisa, análise e organização dos fascículos para a produção do índice temático e onomástico o fascículo de número vinte e seis, de 1990 despertou interesse especial, nele o corpo editorial efetuou um esboço de índice cumulativo, com temas e autores dos volumes anteriores.

Desta forma este trabalho pretende melhorar o esboço já existente e completá-lo com os fascículos posteriores a esta edição, bem como disponibilizá-lo em uma base de dados para facilitar a recuperação dos dados e informações.

### 1.1 NASCE UMA UNIVERSIDADE<sup>1</sup>

Às 13 horas do dia 19 de dezembro de 1912 nos salões de solenidades do Congresso Legislativo foi realizada a sessão de fundação e instalação da Universidade Federal do Paraná.

Em 1913 a Universidade começou a funcionar (no início como instituição particular). Os primeiros cursos ofertados foram *Ciências Jurídicas e Sociais*, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia.

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup> Texto produzido a partir do material disponibilizado pela Universidade Federal do Paraná através site: <http://www.ufpr.br/simbolo/historia>

Após ter fundado a Universidade do Paraná, Victor Ferreira do Amaral - que foi seu primeiro reitor - fez empréstimos e iniciou a construção do prédio central, na Praça Santos Andrade, em um terreno doado pela Prefeitura. Quando tudo parecia que estava indo bem, começou a Primeira Guerra Mundial e, com ela, veio a recessão econômica e as primeiras dificuldades. Logo depois, mais problemas: em 1920 uma lei determinou o fechamento das Universidades. O Governo Federal não recebia bem as iniciativas surgidas de forma independente nos estados.

Era então necessário criar alternativas para evitar o fechamento da Instituição. A forma encontrada na época para driblar a lei e continuar funcionando, foi desmembrar a Instituição em faculdades e neste clima de intensas mudanças surge em dezembro de 1953 a *Revista da Faculdade de Direito*, produzida pela *Universidade Federal do Paraná* e que tinha como objetivo servir como fonte de divulgação do pensamento jurídico paranaense e ao mesmo tempo processar o intercâmbio cultural entre as instituições universitárias do país e do estrangeiro e atender assim a necessidade de alunos, professores e profissionais da área.

## 2 O PROBLEMA

Apesar da *Revista da Faculdade de Direito* ter sido o primeiro periódico produzido pela *Universidade Federal do Paraná* e utilizada como veículo divulgador da produção jurídica da UFPR, pouco se consegue saber sobre:

1. Quem estava ou está produzindo?;
2. Com que frequência?;
3. Sobre qual tema na área jurídica?;

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 GERAL

Oferecer uma contribuição ao processamento e à disponibilização da informação divulgada através da *Revista da Faculdade de Direito* da Universidade Federal do Paraná, no período compreendido entre 1953 e 2001, visando elaborar índice temático e onomástico em base de dados desenvolvida no sistema Microsoft Access.

#### 3.2 ESPECÍFICOS

1. Estabelecer uma metodologia de indexação para os artigos jurídicos constantes da Revista, no período;
2. Gerar um índice por alternância de assuntos abordados nos artigos;
3. Gerar um índice onomástico dos autores que colaboraram no período.

## 4 LITERATURA PERTINENTE

Com a literatura levantada pretendeu-se analisar os principais aspectos ligados aos temas: comunicação científica, produção científica, periódicos, periódicos jurídicos, indexação e base de dados.

### 4.1 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA<sup>2</sup>

Le Coadic (1996, p. 27) assegura:

*As atividades científicas e técnicas são o manancial de onde surgem os conhecimentos científicos e técnicos que se transformam, depois de registrados, em informações científicas e técnicas. Mas, de modo inverso, essa atividade só existe, e somente se concretiza, mediante essas informações. A informação é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente.*

Segundo Targino (1997,1998) é esta idéia de circulação que se denomina comunicação. Esta permite a troca de informações, donde se conclui que enquanto a informação é um produto, a comunicação é um ato, um processo de intermediação que permite o intercambio de idéias entre os indivíduos. A comunicação é um fenômeno intrínseco ao homem, variando de acordo com as características dos grupos nos quais e entre os quais se efetiva. No caso específico da comunicação científica, ela engloba as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma idéia para pesquisar até a aceitação dos resultados como constituinte do estoque universal de conhecimentos.

A comunicação científica favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) visibilidade e credibilidade no meio social em que produto e produtores estão inseridos, o que justifica o fato de o cientista lançar

---

<sup>2</sup> baseado no texto: Comunicação Científica na sociedade tecnológica – Periódicos eletrônicos em discussão – produzido por Maria das Graças Targino

mão de formas distintas de comunicação para difusão de seu trabalho, configurando a divisão tradicional: comunicação formal e comunicação informal. De forma sucinta, a primeira se dá através de diferentes meios da comunicação escrita, com destaque para livros, periódicos, relatórios técnicos e revisões de literatura. Dentre seus aspectos positivos, estão a possibilidade de alcançar um público mais amplo, a armazenagem mais segura, o volume moderado de informações redundantes a maior rigidez e controle mediante avaliação prévia, embora possua como desvantagens pouco retorno para o autor e certo nível de desatualização.

A comunicação científica informal, por sua vez, consiste na utilização de canais informais. São contatos pessoais interpessoais ou quaisquer outros meios destituídos de formalismo. É a comunicação pessoa a pessoa, chamada por Le Coadic (1996) de comunicação oral. Esta incorpora formas públicas de troca de informações, tais como conferências, colóquios e seminários, e privadas como conversas, telefonemas, cartas, fax, e-mail. Sua grande vantagem é a possibilidade de maior atualização e rapidez, logo, de menor custo. Porém, apresenta problemas pertinentes à armazenagem e recuperação da informação, acesso e disseminação. Por ser flexível e fluída, pode perder-se num curto espaço de tempo, além de dificultar o seu estudo e controle e favorecer a inserção de conhecimento sem necessária avaliação. O acesso, restrito e limitado, torna-se elitista e fechado. Portanto conclui-se que o pesquisador deve atentar-se para as formas em que se dá a sua comunicação para com a comunidade científica e para com a própria sociedade e desta forma possa amenizar problemas e distorções.



## 4.2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA E PERIÓDICOS: QUESTÕES INICIAIS

Durante séculos, o conhecimento só era difundido através de livros e correspondência particular, que segundo Campello e Campos, “mostravam-se totalmente inadequados para a disseminação das novas descobertas científicas” (1993 p. 41). Para preservar o conhecimento, disseminar a produção científica, servir como comunicação formal de resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados e desta forma estabelecer a propriedade intelectual foi criado um novo produto voltado para a propagação do conhecimento: o periódico científico (MUELLER, 2000, p. 73).

Desde a publicação do *Journal des Sçavans*, editado na França por Denis de Sallo e do *Philosophical Transactions*, editado pela *Royal Society* britânica, empreendimentos que datam do século XVII e que aparecem nos registros como os precursores dos periódicos científicos, ou dos pioneiros brasileiros *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, de 1862, e a *Gazeta Médica da Bahia*, de 1866 até os dias atuais, o quadro da produção científica experimentou dramáticas mudanças (MEADOWS, 1999; BIOJONE, 2001). Entre as principais se destacam: o acúmulo de informações e o acesso a essas informações.

O acúmulo de informação existente e sua dispersão física obrigam o pesquisador e todos os que necessitam de informação a efetuarem buscas constantes em fontes variadas. Essa busca se torna cada vez mais difícil e árdua devido à impossibilidade de se ter acesso a tudo o que é produzido bem como pelas próprias limitações humanas de absorver toda a informação relevante e disponível (NORONHA e FERREIRA, 2000, p. 264). Esta observação é confirmada pelo estudo realizado por Tenopir e King concluindo que esta explosão bibliográfica se deve em parte à interdisciplinaridade do conhecimento científico. Conclui também que esse excesso de informação é ilustrado pelo lapso de tempo cada vez menor entre o estudo teórico e sua transformação em produto comercial, fator que, além de estimular o aumento de publicações, afeta a literatura no sentido de torna-la obsoleta muito rapidamente. Essa rapidez acaba por exigir o conhecimento das pesquisas antes mesmo que elas atinjam a fase de publicação

formal dos resultados em periódicos especializados. Estas conclusões também foram alcançadas por Campello, Mueller e Peixoto.

Mueller (1994) ainda ressalta outros fatores que acabam gerando transtorno para os profissionais que necessitam de informações para o desenvolvimento do seu trabalho, entre os quais podemos destacar:

1. rigidez do formato impresso em papel se comparado com a versatilidade dos formatos eletrônicos;
2. dificuldade, para o pesquisador, em saber o que de seu interesse está sendo publicado, pois são muitos periódicos e pouco eficientes os instrumentos de identificação e busca;
3. dificuldade, para o pesquisador, em ter acesso a artigos que lhe interessam – mesmo sabendo que um novo artigo foi publicado, nem sempre sua biblioteca assina o periódico ou consegue obter uma cópia desse artigo com rapidez.

Peixoto (2002) ressalta também que a informação está extremamente dispersa e a confiabilidade variável. Campello (1988, 1998, 2000) aponta ainda a barreira do idioma e volta a ressaltar o custo envolvido na organização, distribuição e manutenção de tais fontes.

### **4.3 PERIÓDICO CIENTÍFICO ELETRÔNICO: DISCUSSÃO CONCEITUAL E EVOLUÇÃO**

Dentre as possibilidades da comunicação científica, está o periódico eletrônico que surge em virtude de mais e mais informações estarem disponibilizadas em formato eletrônico, aliadas à eficiência gradativa das redes de transmissão e ao fato de a economia do sistema parecer promissora e passível de aperfeiçoamento. No caso específico do periódico científico, representa, para muitos, a solução para as mazelas do periódico impresso. Este continua a exercer funções relevantes, quais sejam, favorecer o registro e a preservação do conhecimento, sua difusão relativamente rápida e o estabelecimento da prioridade científica. No entanto, enfrenta dificuldades, dentre as quais: atrasos permanentes

no processo de editoração, e, por conseguinte, nível de atualização e impacto cada vez mais deficitários, complexidade no armazenamento, no processamento técnico das coleções e na distribuição dos fascículos, custos elevados de produção, dificuldade de acesso e manutenção das coleções e processo de editoração ultrapassado.

Porém, mesmo sem explorar a realidade do periódico impresso, claro está que o periódico científico eletrônico não pode ser visto como panacéia para a problemática que afeta os impressos. Cada inovação tem o seu próprio espaço, o seu próprio tempo, o seu próprio público, em anos e anos de informação multifacetada, não há registro de casos de extinção de veículos de comunicação face à emergência de outros. Acontecem, sim, mutações, adaptações e avanços, o que contraria posições radicais que vêem o periódico impresso como algo ultrapassado ou um “*dinossauro combalido*” – Okerson, 1992, p. 48. Aliás, esse mesmo autor reconhece que a expressão – periódico eletrônico – é ambígua: “o *periódico eletrônico como discutido atualmente é uma confusão lingüística*” incorpora genericamente qualquer periódico em formato eletrônico, o que subentende a inclusão de revistas que existem em papel e estão também disponíveis em formato eletrônico, mais os periódicos on-line disseminados em rede. Para Lancaster (1995, p. 520), só os periódicos “... *criados para o meio eletrônicos e disponíveis somente nesse meio*”, e que mantêm “... *padrão de revisão crítica..., controle de qualidade editorial, acesso universal e um arquivamento permanente...*” à semelhança dos periódicos científicos impressos, podem ser considerados eletrônicos.

Ante o exposto, é possível inferir as vantagens dos periódicos científicos eletrônicos diluídas em textos de Anderson (1991); Harnad (1994); Harrison, Stephen (1995); Lancaster (1995); Levin (1992); Mcmurdo (1995); Okerson (1992) dentre muitos outros:

- maior agilidade na busca de informação e maior facilidade de acesso uma vez que pode ser utilizado em qualquer localidade ou instituição que disponha de redes;

- mais rapidez na divulgação dos resultados das pesquisas graças à avaliação eletrônica quase imediata, haja visto que propiciam o contrato em tempo virtual entre autores e editores, além de que os artigos podem ser disponibilizados individualmente, independente da formação de fascículos;
- chance igualitária aos cientistas mais dispersos em termos geográficos para contribuição imediata a grupos de pesquisas e de discussão;
- disseminação mais eficiente das informações, não perspectiva da comunicação direcional, em que as informações são transmitidas de acordo com o perfil de interesses dos usuários;
- inovação na forma de apresentação das informações recorrendo a atrativos, como movimento, som, hipertexto, hiperímídia, e admitindo a possibilidade de conexão entre outros títulos;
- facilidade de avaliação diante da oportunidade de se conhecer com rapidez os comentários advindos dos usuários e o impacto provocado pelos artigos divulgados;
- redução relativa dos custos operacionais e dos custos referentes à manutenção das coleções, pois estimula o modelo de biblioteca centrado na acessibilidade;
- processo de armazenamento dispensável;
- possibilidade de constituição de bibliotecas virtuais, o que um cientista acessa no espaço eletrônico integra sua biblioteca virtual;
- economia no preço do papel, na impressão e na expedição através do sistema convencional de correio, caso não se requisite cópia impressa;

Em contraposição, os periódicos eletrônicos despertam questões legais inerentes a direitos autorais, à forma de cobrança, aos custos e à indisponibilidade de controle de cópias autorizadas. Carecem de padronização mínima para maximizar os esforços despendidos pelo pesquisador em busca de determinado dado e dificultam o controle bibliográfico, suscitando dúvidas quanto a

preservação dos conhecimentos gerados. Alguns problemas de ordem técnica continuam, de tal forma que o uso dessas revistas exige treinamento e educação do usuário, como também (re) educação dos próprios profissionais de informação e reestruturação dos serviços e unidade de informação. Ademais, a depender do grau de desenvolvimento do país ou região, os custos não são tão baixos, como fazem crer os adeptos mais fanáticos, conforme alertam Hoelle (1995) e Okerson (1992).

McMurdo (1995) ressalta ainda que a essência do periódico científico eletrônico é a transmissão de informações científicas via meios eletrônicos. Essa transmissão pode ser vista sob duas perspectivas: A – como um processo de mudanças estruturais induzidas tecnologicamente; B – como um recurso para incrementar e aperfeiçoar o contato entre cientistas.

Quanto aos traços característicos, a comunicação eletrônica posiciona-se entre os domínios formal e informal: Anderson (1991, p. 506) ressalta esta posição quando fala que “agora uso – a comunicação informal para inovações e o sistema formal para background”.

Segundo Targino (1997,1998) a princípio, os canais formais atingem um público potencialmente mais amplo e, mais ainda, a seleção de canal e do conteúdo é de responsabilidade do pesquisador. Só que, tal como o informal, permite acesso a informações recentes e dá retorno imediato aos autores, apesar de apresentar volume de redundância, às vezes significativo, e não passar pelo crivo da comunidade científica, salvo cuidados recentes concernentes à editoração eletrônica de periódicos científicos. Claro está que são colocações genéricas, porquanto o nível de atualização, por exemplo, depende intrinsecamente do conteúdo repassado e não do veículo utilizado.

De forma similar, a retroalimentação tem maior agilidade nos grupos de discussão que nos periódicos eletrônicos. Quanto a armazenagem e recuperação, mesmo sem a rigidez do formal, as informações eletrônicas não têm a fragilidade das conversas, dos relatos orais, pois é sempre possível sua impressão, o que garante a preservação das informações e sua utilização posterior. Diante do

exposto, pode-se reconhecer as vantagens e limitações da comunicação eletrônica, agrupadas por Mcmurdo (1995) em:

1. disseminação quase instantânea da informação;
2. cópias múltiplas são fornecidas facilmente;
3. uma única cópia pode ser acessada por muitos usuários;
4. novas opções de leitura não linear;
5. consenso demanda muito tempo, mas a possibilidade de participação é menos desigual;
6. redução de estratificação e demais disparidades sociais;
7. carência de padrões ou normas comportamentais consistentes;
8. trabalhos em cooperação independem do tempo e da distância geográfica;
9. a comunicação pode compartilhar aspectos das culturas impressa e oral;
10. probabilidade de estruturas organizacionais modernas;
11. exigências de recursos e instrumentos específicos;
12. probabilidade de acentuar o fosso entre fluxo informacional dos países ricos e pobres.

#### 4.4 O PERIÓDICO JURÍDICO

O século XIX permitiu o crescimento e consolidação do jornalismo, favorecido pela liberdade de expressão, pela tecnologia e pela evolução socioeconômica daquela época – o aparecimento do periódico segmentado (principalmente nas áreas das ciências, medicina e engenharia) implementou notadamente a propagação da produção intelectual, cultural e científica, num fluxo mais dinâmico, quase imediato.

No caso das Ciências Jurídicas, o século XIX foi marcado pelo positivismo; codificação combatida pela Escola Histórica do Direito, capitaneada por F. K. Savigny. Era preciso pulverizar periodicamente textos (antes de tudo com informações atuais) que abordassem o pensamento jurídico-doutrinário, defender ou combater o constitucionalismo liberal; divulgar a jurisprudência; dar publicidade

às leis e aos códigos; analisar as decisões dos tribunais; expor-criticar-apoiar novas teorias. Assim, surgem os primeiros periódicos; publicações voltadas com exclusividade ao jurista daqueles anos.

A relação atualidade-periodicidade é assim entendida e observada por Rui de Figueiredo Marcos (2002):

*O berço do periódico jurídico encontra explicação no quadro de um frenesi de entusiástica reforma legislativa que soprou da Europa e varreu o nosso país. Na nova óptica do jurista do Século XIX, o tempo passou a medir-se em termos mais curtos e exigentes. De frente de um legislador tomado de vertigem empreendedora, o jurista tornou-se ansioso e sôfrego de informações precisas e atuais. Ora, a essência das publicações, o seu préstimo mais nobre naquele ambiente histórico, não resistiu na periodicidade, mas sim na atualidade. De maneira que, implacavelmente, quanto menor fosse o intervalo de periodicidade, maior seria a garantia de atualidade.*

À luz da história do Direito seria impossível desassociar a evolução das Ciências Jurídicas do papel importante exercido pelo periódico jurídico. "Para além de constituir uma forma discursiva própria do Direito, típica do período que decorre de mil oitocentos para cá, representa, por igual, *fonte privilegiada* pelos dados que subministra quanto as grande número de instituições jurídicas, desde a advocacia à jurisprudência, da orgânica dos tribunais à doutrina e até a legislação, incluindo a feitura das leis essenciais do tempo. O periódico jurídico constitui, pois, um capítulo da História do Direito e cumulativamente pode ser fonte historiográfica de outros capítulos dela ou da História em geral".

Se partirmos da idéia de que a História do Direito investiga as relações do Direito enquanto realidade cultural de uma certa época, não lhe podem ser estranhas essas fontes substanciais cuja permanência é marcante à cultura jurídica dos últimos 200 anos.

Chorão (2002) defende que, no seu significado mais profundo, a história dos periódicos jurídicos constitui história da cultura de um povo: "Milhares de páginas impressas permitem-nos a descoberta de valores e ideais, projetos, influências e leituras, teoria e prática, personalidades e itinerários individuais e institucionais, intelectuais e cívicos".

Por sua vez, Grossi (1997) observa que os periódicos jurídicos vivem no tempo, “refletindo com a límpida nitidez o sentido de um itinerário, o qual precisamente com a longitude de uma linha ininterrupta, evidencia com clareza a estabilidade, as variações e as revoluções desse mesmo itinerário”.

Na Europa, o fenômeno do periódico jurídico surge no final do Século XVIII, precisamente na França e servem de referência: O *Journal des Causes Célèbres* (1773), a *Gazette des Tribunaux* (1786) e a *Jurisprudence de la Cour de Cassation* (1791).

No entanto, a grande influência inicial foi marcada pelo jornalismo jurídico germânico: Friedrich Carl Von Savigny iniciou em 1815 a publicação do periódico *Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft* juntamente com K. F. Eichhorn e T. F. L. Goschen. Em 1820 é lançado o *Archiv der Gesellschaft für aeltere deutsche Geschichtskunde*, seguido de *Zeitschrift für deutsche Recht* (1820). Paralelamente aos lançamentos alemães, o italiano Bartolomeo Belli passou a editar a *Raccolta delle più importanti decisioni dei Suprimi Tribunali de contenziosa* (1816), seguido do *Repertorio generale di giurisprudenza dei tribunali romano* (1817), publicado até 1861. Fundado por Giuseppe Maria Regis, o *Diario Forense Universale* circulou pela primeira vez em 1823, enquanto que *Annali di giurisprudenza* (1839) foi editado pela Sociedade Toscana de Jurisconsultos.

Dos primórdios do periodismo jurídico espanhol, podemos anotar as iniciativas da *Gaceta de los Tribunales* (1834), *Anales Administrativos* (1834), *Boletín de Jurisprudencia y Legislación*, *Crónica Jurídica* (1839), *La Universidad y El Foro* (1843/1845), *El Faro Nacional*, *Revista General de Legislación y Jurisprudencia*.



#### 4.5 PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS NA ÁREA JURÍDICA

A formação de uma cultura jurídica no Brasil independente – proporcionada pela implantação do sistema jurídico delineado na primeira Constituição (1824) – remete a dois fatos principais: a criação dos primeiros cursos jurídicos em 1827, de grande importância para a consolidação da vida política e intelectual da Nação soberana, e a fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB, em 1843.

O Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Academia de São Paulo, que começou a funcionar a 1º de Março de 1828, e o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, inaugurado em 15 de Maio de 1828, representaram marcos referenciais da história, cujo propósito era a formação da elite administrativa brasileira. Em 1843, o ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão sugeriu a criação de uma entidade que facilitasse, quando fosse oportuno, a criação da Ordem dos Advogados.

Desde o início do Século XIX e devido à grande extensão territorial brasileira, observou-se o surgimento de inúmeros periódicos dedicados exclusivamente à publicação da Legislação e de atos administrativos, tanto de caráter oficial, como também oficioso. O próprio príncipe regente, D. João VI, ao transferir a família real para as terras brasileiras, em 1808, providenciou a imediata criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal publicado no Brasil, que era voltado à publicidade legislativa. O periódico circulava duas vezes por semana, reunia na redação Frei Tiburcio José da Rocha (substituído pelo Brigadeiro Araújo Guimarães) e o Cónego Vieira Goulart e foi editado até 1822, quando mudou sua denominação para *Gazeta do Rio*. Um ano depois, passou a ser impresso diariamente, como *Diário do Governo*. Este, por sua vez, foi substituído pelo *Correio Oficial* e posteriormente, pela *Gazeta Oficial do Império do Brasil*. Somente em 1.º de Outubro de 1862 surgiu o então *Diário Oficial do Império do Brasil*, antecessor do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*, existente até os dias de hoje, atualmente apenas conhecido como *Diário Oficial*. As províncias do Império brasileiro, assim como algumas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais atrelaram-se a esta tradição, publicando suas legislações em semanários ou

diários, notadamente, a partir da Independência, anunciada em 1822. Nestes impressos, encontraram-se publicações de cunho jurídico, sem ocupar muito espaço, tais como comunicados dos Tribunais, algumas decisões importantes dos Juízes, editais, atos judiciais etc.

Contudo, coube ao Conselheiro Teixeira de Aragão a articulação para o lançamento do primeiro periódico jurídico brasileiro, fundado no Rio de Janeiro: a *Gazeta dos Tribunais, dos Juízos e Fatos Judiciais, do Foro e da Jurisprudência*, uma publicação preocupada com a transparência dos atos da justiça e com questões importantes do Direito.

Desde o número inaugural, de 10 Janeiro de 1843, a *Gazeta* defendeu – no artigo intitulado *A Necessidade de uma Associação de Advogados* – a criação do IAB. Já na edição de 16 de Maio de 1843, o periódico divulgou os estatutos da Associação dos Advogados de Lisboa, aprovados pela portaria de 23 de Março de 1838. Em pouco mais de um mês, teve início a discussão em torno da criação de uma corporação que reunisse e disciplinasse a classe de advogados.

A trajetória da *Gazeta* limitou-se à publicação de 379 edições, encerrando suas atividades a 29 de Dezembro de 1846.

Em 1848 apareceria a *Nova Gazeta dos Tribunais*, sucessora do empreendimento anterior, desta vez, sob o comando de António Manoel Cordeiro, que passou a ser proprietário-administrador. Ele fez circular no dia 8 de Julho de 1848 o primeiro número, contendo a relação dos juízes de Direito existentes no Império do Brasil, de acordo com a ordem de matrícula no Supremo Tribunal de Justiça. Nas páginas desta nova iniciativa, eram divulgados a legislação, jurisprudência, atos judiciais e decisões da Relação. A *Nova Gazeta* foi publicada até 1851, quando a edição 198 encerrou a curta existência do periódico. Persistente, Cordeiro deu continuidade ao seu projeto editorial e fez retornar o jornal com um novo título: *Gazeta dos Tribunais, jornal de jurisprudência e debates judiciários*. A edição inaugural, de 15 de Janeiro de 1852, sinalizava para a continuação da *Nova Gazeta* e apresentava-se como o “Ano 5, n. 199”. Nesta fase, a *Gazeta* voltou-se à divulgação dos diplomas legais e jurisprudência. No entanto, desapareceu ao atingir o número 266, datado de 8 de Janeiro de 1854.

Por iniciativa de Henrique Augusto Frederico Leal, a *Gazeta Judiciária, jornal forense, literário, recreativo e noticioso* foi editado no Rio de Janeiro, a partir de 23 de novembro de 1852. O semanário dedicava suas páginas à doutrina, jurisprudência e cobertura dos acontecimentos forenses. Circulou até 24 de outubro de 1854.

Do Recife, capital da Província de Pernambuco, vinha a revista mensal *A Esteia, Periódico Literário e Jurídico*. Embora também destinasse algumas de suas páginas à literatura, a maioria do espaço era preenchido com o material jurídico. O periódico, que tinha como redator João Luiz Soares Martins, circulou apenas no ano de 1854.

Em 1854, Antônio Manoel Cordeiro retorna com mais um periódico. Tratava-se da *Revista dos Tribunais: dos Juizes e Fatos Judiciais, do Foro e da Jurisprudência*. A inauguração da revista quinzenal aconteceu a 15 de janeiro de 1856. Entre os assuntos abordados pela publicação relacionam-se: doutrina, legislação e jurisprudência. Chegou até o número 96 e encerrou as atividades em dezembro de 1859.

A *Gazeta Forense, jornal de Direito, Jurisprudência e Legislação* foi publicada no Rio de Janeiro, em 1857 e destinava suas páginas à doutrina do direito, jurisprudência e legislação.

Surge em 1859 a *Crônica do Foro, Revista de Jurisprudência e Debates Judiciais*. Tratava-se de uma publicação quinzenal dedicada ao Direito, que tinha como redator e proprietário Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho. Na trilha de muitas outras publicações do gênero, circulou por apenas dois anos, pondo termo aos trabalhos em dezembro de 1861.

O ano de 1859 também registrou o lançamento da *Revista da Academia de São Paulo, jornal científico, jurídico e histórico*. A revista quinzenal dos acadêmicos paulistas era redigida pelos estudantes e apenas circulou naquele ano, entre abril e agosto. Dedicava-se à jurisprudência, Direito, literatura e história. Na epígrafe encontramos uma frase de Sócrates: "Só há um bem e a ciência; um único mal, a ignorância".

Também de existência meteórica, foi a iniciativa de Francisco Pedro D'Arbues da Silva Muniz Abreu e sua *Gazeta Judiciária, jornal forense, literário, recreativo e noticioso*, impressa entre setembro de 1861 e outubro de 1862, no Rio de Janeiro.

O IAB lançou *A Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*, em 1862, tendo como coordenador da comissão redatora o Conselheiro Agostinho Marques Perdigão Malheiro, que também ocupava o cargo de presidente do Instituto. Nas páginas da *Revista* encontra-se artigos assinados por consagrados juristas brasileiros, tais como: Augusto Teixeira de Freitas, João Cipriano Soares e Joaquim Ignácio Ramalho. Tratava-se de uma publicação trimestral e que foi editada até o final do Século XIX, no entanto, não circulou nos anos de 1864 e 1866.

No mesmo ano de 1862, a *Revista Jurídica Doutrina, Jurisprudência e Bibliografia* foi publicada pelo consagrado jurista e professor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, Doutor José da Silva Costa, com a ajuda de José Carlos Rodrigues. Inicialmente impressa em São Paulo, depois foi transferida para o Rio de Janeiro.

Outro jornal acadêmico foi produzido no ano de 1863, desta vez no Recife: a *Revista Mensal do Ensaio Jurídico*, “organização da Associação Acadêmica Ensaio Jurídico”. Dedicava-se exclusivamente ao Direito. Outras iniciativas recifenses: *Revista Jurídica, Jornal Acadêmico*, editado no ano de 1866, com periodicidade quinzenal e voltada ao Direito, doutrina e jurisprudência.

Sob a direção do Ministro da Justiça, deputado e magistrado Manuel da Silva Mafra, outro periódico jurídico chegou a ser editado: *Jurisprudência dos Tribunais*, no ano de 1868.

Outra revista foi publicada no Rio de Janeiro em 1873: *O Direito*, uma “revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência”. Fundado por João José do Monte, o periódico reuniu em suas páginas preciosos artigos de redatores como Francisco Baltazar da Silveira, (então Ministro do Supremo Tribunal de Justiça brasileiro), Tristão de Alencar Araripe, Olegário Herculano de Aquino e Castro e Joaquim Saldanha Marinho.

A *Gazeta Judiciária, Revista Semanal de Jurisprudência, Doutrina e Legislação* (1877) foi resultado da iniciativa de Carlos Frederico Marques Perdigão. Dedicada ao Direito, a qual circulou até o ano de 1887.

Da província das *Minas Gerais* houve o lançamento da *Quinzena Jurídica, Periódico de Doutrina, Legislação e Jurisprudência*, publicada no ano de 1874. A revista era impressa quinzenalmente. Apesar do título, destinou maior parte de suas páginas à Legislação e Jurisprudência. Mais um empreendimento marcado pela curta existência.

É possível ressaltar ainda outros títulos que se restringiram a poucas edições: a *Revista Mensal das Decisões Proferidas pela Relação da Corte em Processos Cíveis, Comerciais e Crimes* (Rio de Janeiro, 1876-1877); *Direito e Letras, Revista Acadêmica do Atheneu Jurídico e Literário* (São Paulo, 1878); *Ensaio Jurídico e Literário* (Recife, 1878), *Revista de Direito* (Juiz de Fora, 1887), *A Evolução, Revista Semanal de Política, Direito e Literatura* (Baependi, Minas Gerais, 1890).

Os últimos anos do Século XIX e o início do Século XX foram marcados pelo aparecimento dos periódicos originados nas Faculdades de Direito em funcionamento no Brasil. Entre eles se destacam a revista da Universidade Federal do Paraná (objeto deste estudo) lançada em meados de 1953, *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, da *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo* (1894), da *Revista Jurídica – Órgão Cultural da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro* e da *Revista da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais*.

É importante ainda lembrar a trajetória da *Revista Jurídica*, editada no Rio de Janeiro, a partir do ano de 1894. Tinha circulação quinzenal e circulou até o final do século XIX.

Vinda de Belo Horizonte a publicação da *Revista Forense – Doutrina, Legislação e Jurisprudência*, “de propriedade e direção”. No sumário do primeiro número, registra-se uma secção de doutrina (apresentando uma tradução da *Theoria da Nullidade de SÓLON*), pareceres e razões (dos Conselheiros Lafayette

e Ruy Barbosa), além de jurisprudência (civil, comercial e criminal), legislação, notas e notícias.

#### **4.6 BASE DE DADOS E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO**

Com o surgimento do computador, passamos da era industrial para a era da informação de forma muito rápida. O grande desenvolvimento tecnológico e da produção literária científica levou à inserção das bases de dados em nossa sociedade, o que já foi observado por Rosetto (1997, p.136).

*O volume crescente de informação e os vários meios de armazenagem fizeram com que as organizações responsáveis pelo tratamento/ armazenamento/ recuperação da informação criassem mecanismos para possibilitar o uso dessa grande “massa de dados”, acoplando as tecnologias de automação e propiciando, dessa forma, as bases de dados com acesso on line e através de CD ROM. A tecnologia vem subsidiando também o progresso das redes de comunicação de dados, o que possibilita o acesso significativo às informações disponíveis em nível mundial e atendendo aos variados requisitos da comunidade usuária.*

O acesso - posse da informação, tornou-se uma necessidade vital para a “sobrevivência” de pessoas e empresas. O uso de meios magnéticos para o registro de informações significou um avanço incrível em seus processos de produção, tratamento, disseminação e recuperação.

As facilidades de acesso permitidas pela internet contribuíram para o aumento dessa produção científica. Afinal um documento pode ser acessado, em qualquer lugar do mundo, em questão de segundos, a qualquer hora, sem a possibilidade de estar emprestado ou em processo de restauração. Com tantas facilidades para os pesquisadores, realmente a única consequência esperada seria a “explosão bibliográfica”.

Targino (1997,1998) e Campello (1988, 1998, 2000) ressaltam que a explosão bibliográfica não tem como única causa a facilidade de acesso às informações. A necessidade de registrar – produzir conhecimento é inerente ao

ser humano. O que acontece é que a partir de um conhecimento estruturado, já testado cientificamente e sistematicamente organizado, fica bem mais fácil produzir um novo conhecimento. E também o fato da informação ter assumido lugar significativo no mercado, chegando a ser considerada como “bem” e sendo seu acesso-posses um fator crítico para o sucesso de pessoas e empresas na Sociedade da Informação, contribuiu para o desenvolvimento desta tecnologia da informação.

A estruturação do conhecimento é tão importante que diante de tantas informações tornou-se necessário organizá-las em bases de dados. Pode-se entender as bases em seu sentido mais amplo como um ‘arquivo de informações’ ou ‘dados’ ou uma coleção de tais arquivos de ‘dados’ (BROONER, 1983, p.13). É importante levar em consideração que as informações arquivadas em uma base de dados são organizadas, observando uma sistemática que permite sua posterior recuperação.

Se compararmos as palavras de Foskett (1973, p.3), escritas na década de 70, com a realidade vivenciada hoje, ver-se-á que a preocupação com o aumento da informação já é objeto de estudo há muito tempo, e que se forem substituídas as palavras biblioteca / bibliotecas por base de dados perceber-se-á que elas se enquadram perfeitamente à realidade e que poderiam perfeitamente ser escritas por qualquer pesquisador contemporâneo.

*As bibliotecas constituem uma parte essencial da corrente da comunicação humana. Antes do conhecimento ser registrado (e mesmo ainda hoje em sociedades muito primitivas), eram os próprios indivíduos que constituíam o repositório do conhecimento, a ponte entre gerações sucessivas e entre os que criavam novas informações e os que precisavam utiliza-las. O volume de informações que pode ser assim transmitido é limitado, tendo a sociedade passado a progredir quando as informações de vários tipos começaram a ser registradas em formas relativamente permanentes que podiam servir como substituto da pessoa do ‘sábio’. (TARGINO, 1997).*

Atualmente, a quantidade de novas informações produzidas é de tal ordem, que nenhum indivíduo pode alimentar a esperança de estar a corrente delas,

mesmo que seja de uma ínfima parcela. O problema a enfrentar é o de possibilitar às pessoas que necessitam de informações a sua obtenção com o mínimo de gastos (de tempo e dinheiro) e sem que sejam assoberbadas por grandes quantidades de material irrelevante.

As bases de dados são elaboradas com o objetivo de fornecer informação atualizada, precisa e confiável, buscando atender a demanda de uma clientela específica. A produção pode ficar a cargo das pessoas, agências, entidades e até mesmo bibliotecas. As informações são registradas em meio magnético ou em papel, como por exemplo a versão impressa do *Index Medicus*. O acesso pode ser local (CD ROM e papel) ou remoto (acesso on line). Quanto à abrangência podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais. Quanto ao conteúdo podem ser referenciais, de resumos, texto completo, ou representar o documento indicando seu conteúdo de forma mais completa, fazendo a junção de mais de uma destas características, como por exemplo *abstract* e o texto completo.

Seja qual for a fonte produtora, o suporte de registro, a forma de acesso, a abrangência e a representação do conteúdo, a seleção da base de dados observa, ainda os seguintes critérios; - Custo: geralmente o valor gasto para aquisição destes repositórios de informação é muito alto. Em alguns casos é importante fazer-se uma análise dos usuários para verificar a possibilidade de cobrar pelo uso do serviço, e verificar se a biblioteca ou centro de informação possui verba suficiente para manter a assinatura; - Cobertura: existem bases de bases realmente específicas e outras que, embora atendam uma clientela específica, possuem um conteúdo mais generalizado por atenderem diferentes ciências de uma mesma área; - Atualização: a atualização das bases de dados fica a cargo da produtora. Geralmente é feita em intervalos regulares: diariamente, semanalmente, mensalmente, previamente estabelecidos; - Linguagem: de indexação/ documentária utilizada: refere-se aos instrumentos, manuais, tesouros, listas de cabeçalhos de assuntos, utilizados para a entrada de dados e sua disponibilidade para busca e estrutura: está diretamente relacionada à forma de entrada de dados. Quantos e quais campos ou pontos de acesso estão disponíveis para consulta?



Entre as principais vantagens destacam-se: a redundância de dados reduzida, integridade dos dados melhorada, facilidade de modificação e atualização, independência do programa e dos dados, acesso aos dados facilitado, padronização do acesso aos dados, proteção e segurança, compartilhamento dos dados.

Porém, para Campos (1978), uma das maiores dificuldades enfrentadas, atualmente, em relação à obtenção de informações relevantes é quanto à filtragem de informações. A filtragem inicia-se na seleção, organização, tratamento, e indexação dos materiais.

Segundo Carneiro (1978) a documentação enquanto atividade de seleção, tratamento e disseminação da informação pode ser vista como uma corrente de elos indissociáveis e que pode ser estudada em duas etapas levando-se em consideração que estas etapas são interdependentes:

**1. análise documental:** processo de caracterização do documento e que pode conforme seu objetivo ser subdividida em duas espécies:

- análise bibliográfica: registra os dados referentes às características físicas do documento ex: autor, título, edição, local de publicação, data de publicação, tamanho, número de páginas...)
- análise temática ou de conteúdo: registra o assunto sobre o qual o documento foi desenvolvido.

**2. análise descritiva:** processo mental de agrupamento de elementos portadores de características comuns e capazes de serem reconhecidos como uma entidade ou conceito. O processo de análise temática segue uma metodologia composta das seguintes etapas:

- Extração dos conceitos representativos do conceito temático, baseado em uma leitura técnica do documento.
- Seleção dos conceitos extraídos, de acordo com a política de indexação do sistema.

Tradução dos conceitos selecionados para uma linguagem artificial, chamada de linguagem documentária - linguagens "constituídas para indexação, armazenamento e recuperação de informação e correspondem a sistemas de

símbolos, destinadas a "traduzir" os conteúdos dos documentos". (CINTRA, 1994, p. 23). Ou de indexação - linguagem de indexação é composta de três partes: vocabulário (conjunto dos descritores), sintaxe (função/ordem do vocábulo em relação a outro) e semântica (sentido do vocábulo). A linguagem de indexação pode ser natural ou artificial.

- A linguagem natural trabalha com o uso de termos e a representação do assunto está ligada às palavras utilizadas pelo autor.
- A linguagem artificial trabalha com o uso de conceitos e a representação do assunto está ligada aos descritores permitidos pelo instrumento de indexação utilizado pelo sistema e que visa o controle do vocabulário e a padronização da linguagem no processo de busca.

Nesta etapa os gestores da informação, bibliotecários e documentaristas podem recorrer a listas de cabeçalhos, thesaurus e outras formas de padrões pré-estabelecidos.

Após é necessário ressaltar os aspectos que o profissional da informação deve analisar no momento da indexação:

1. identificar o cliente a que se destina a informação;
2. capacidade de renovação e precisão do sistema;
3. esforço despendido pelo usuário na consulta ao sistema;
4. nível de especificidade e exaustividade;
5. linguagem de indexação;
6. cobertura de assuntos (área de interesse);
7. estratégias de busca
8. tempo de resposta do sistema;
9. forma de saída.

Uma vez caracterizado o processo de análise documental, a etapa seguinte pode ser considerada: busca ou recuperação da informação:

Brown (1939) define recuperação da informação como o "processo que visa satisfazer as necessidades/pedidos dos usuários, fornecendo-lhes as informações relevantes existentes no acervo" com a seguinte estratégia:

- definir melhor cada um dos itens citados anteriormente;

- processo da recuperação da informação com caráter dinâmico, isto é, necessita que as partes - usuário e informação interajam.
- pedidos/ necessidades dos usuários: somente a partir de uma indagação – questão, dúvida, pedido – do usuário e que se inicia o processo de busca e conseqüentemente o acionamento dos registros informacionais.
- relevância da informação: entende-se a adequação entre a solicitação realizada e a informação fornecida, propiciando não só que a informação chegue ao usuário, mas que seja relevante e útil ao mesmo.

No processo de recuperação da informação há dois problemas a considerar:

1. Ruído: documentos fornecidos a ao usuário e que não correspondem à sua solicitação podendo ser oriunda de:
  - Erro no procedimento de busca;
  - Pelo diferente grau de especificidade entre a questão e o tratamento temático dos documentos;
2. Silêncio: conjunto de documentos pertinentes que existem na memória documental e que, portanto deveriam responder a uma pergunta, mas que não foram selecionados no momento da interrogação devido a características não concordantes entre a formulação da pergunta e a análise do documento.

A recuperação da informação tem se tornado, cada vez mais, alvo de estudo, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de novas estratégias de busca e formas de avaliação de sua eficácia. Tal fato se dá em razão da proliferação de periódicos e dispersão de artigos sobre um determinado tema em várias publicações.

Para tentar facilitar o acesso à informação disponível em seus acervos/publicações bibliotecas e periódicos estão criando índices que disponibilizem ao usuário um panorama geral do que foi e está sendo publicado e ou incorporado em seu acervo.

## 4.7 DEFINIÇÃO DE ÍNDICE

Datta (1977) e Sara (1996) definem índice como:

- Lista de entradas ordenadas segundo determinado critério. Localiza/ remete para informações contidas em um documento, ou coleção de documentos, indicando sua respectiva posição.
- Índice é um instrumento de armazenagem e recuperação da informação para tornar mais acessível a informação.
- O índice atua como um filtro, o qual provê ao usuário, documentos relevantes e bloqueiam os não relevantes.

### 4.7.1 Os índices classificam-se em: internos e externos

- Internos: acompanham a obra, são fontes primárias, e índices de palavras, são fechados, limitados, individuais, especializados.
- Externos: são guias de assuntos num campo do conhecimento, utilizam conceitos, são fontes secundárias e gerais.

### 4.7.2 Categorização dos índices

- Índices de palavras e nomes: método de concordância, mais usado em crítica literária e patentes.
- Índices de livros e publicações periódicas: consiste em uma lista alfabética de nomes e assuntos, localizada normalmente no final da obra quando se trata de livro e nas publicações periódicas é feito um fascículo à parte cobrindo alguns anos.
- Índice de termos: podem ser classificados, coordenados que operam com busca booleana e podem ser pré e pós-coordenados, índices de citações quando se objetiva um estudo infométrico.

Sistemas de índice de recuperação de informação: geralmente é automatizado e tem as seguintes funções: seleção, tratamento, armazenamento, operação de estratégia de busca e difusão dos resultados.

## 5 METODOLOGIA

Para a realização da investigação ora proposta, foi necessário recuperar e organizar os fascículos produzidos no período pré-estipulado entre 1953 a 2001 e classificar o conteúdo divulgado nos mesmos. Até a data limite, ou seja 2001, foram editados 35 fascículos.

No fascículo de número vinte e seis foi localizado um esboço de índice cumulativo de temática e autores, objetivo desse estudo. Foi necessário então rever a proposta inicialmente formulada já que foi imperativo conciliar o esboço já existente, uma vez que, o mesmo já estava consolidado entre os usuários da revista, com a nova proposta.

Nesta etapa decidiu-se apenas pela indexação dos artigos produzidos veiculados pela revista, visto que a mesma destinava um espaço para a divulgação da produção da pós-graduação, encontros estudantis, crônicas universitárias, relatórios administrativos, entre outros documentos de interesse da comunidade acadêmica da época.

Iniciou-se então a organização dos fascículos propriamente dita. Para facilitar o manuseio das informações foi criada uma ficha (anexo 2 Modelo de janela de entrada dos dados) para cada um dos artigos, contendo, as seguintes informações: número de seqüência do item, título do artigo, autor, mês e ano da publicação, página inicial e final de cada artigo e um campo para inserir a temática, bem como alguma observação que fosse necessária. Estas informações foram retiradas da capa, índice e da primeira página de cada artigo. Terminada essa fase iniciou-se o processo de classificação dos temas abordados nos artigos. Para que esta fase fosse executada foi necessário levantar a existência de tesouros e/ou outro instrumento que permitisse a identificação dos temas. Essa é uma área rica em tesouros, porém são muitos os existentes cobrindo áreas diferentes do Direito. Optou-se então pela utilização da Classificação Decimal Universal – CDU, edição de 1999, pois a mesma apresenta a classe 34 dedicada ao direito e atualizada com os temas da atualidade. Alguns temas foram retirados

do Código Civil de 2002, visto que não figuravam ainda na tabela de classificação citada.

Paralelamente à fase de indexação dos temas, iniciou-se o estudo para viabilizar o desenvolvimento da base de dados. Após vários testes e considerando a disponibilidade do sistema nos computadores da Universidade Federal do Paraná a opção recaiu sobre a Microsoft Access.

Após a decisão do sistema, partiu-se finalmente para a definição dos campos da base. Esses campos já haviam sido previstos por ocasião do desenvolvimento das fichas utilizadas para a coleta de dados.

Em seguida efetuou-se a inserção dos dados no sistema, os testes de implantação e processamento do sistema em computadores pessoais e a conferência dos dados para concluir o processo.

## 6 ANÁLISE ACERCA DOS DADOS

Concluído o processo de organização / classificação dos fascículos obteve-se um panorama geral da produção jurídica da época que teve como canal de divulgação a Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Para melhor visualização, os dados obtidos serão analisados seguindo a divisão abaixo:

- Forma de apresentação dos dados;
- Dados sobre os artigos;
- Dados sobre os autores;
- Dados sobre os temas abordados no período estudado.

### Forma de apresentação dos dados:

Os dados obtidos são apresentados em uma lista completa dos temas que foram objeto de estudo e dos autores que contribuíram para com a revista durante o período analisado.

Cada tema ou autor apresenta ao lado um ou mais códigos que remetem à lista de artigos propriamente dita onde poderá ser consultado o nome do artigo, o mês e ano de publicação, o volume e a página inicial e final de cada item.

Desta forma é possível conhecer previamente quantos artigos foram publicados sobre um determinado assunto ou quantos artigos são de determinado autor, sem necessariamente ter que acessar os artigos.

Dados sobre os artigos:

No período analisado foram indexados trezentos e setenta e um artigos sendo vinte em língua estrangeira – conforme lista a baixo.

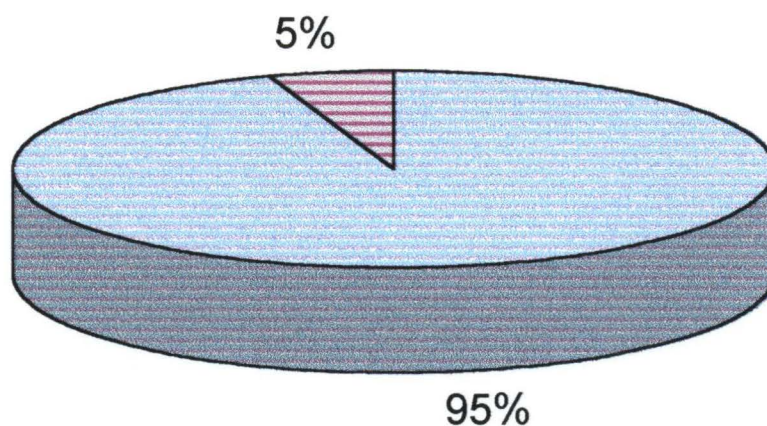
Nome do artigo	Autor	Tema
CONTRIBUTION DE LA "VICTIMOLOGIE" AUX SCIENCES CRIMINOLOGIQUES	P. CORNIL	VÍTIMOMOLOGIA - DIREITO PENAL
DECLIN DE LA FONCTION PATERNALLE - JUDICIARISATION CROISSANTE DE LA VIE SOCIALE	HENRY FRIGNET	PÁTRIO PODER - DIREITO DE FAMÍLIA
DIRITTI PENALE CLASSICO VERSUS DIRITTI PENALE MODERNO: CAMBI DI PARADIGMA NEL SISTEMA PENALE ATTUALE?	CARLOS ENRICO PALIERO	DIREITO PENAL
EL AMPARO EL MANDADO DE SEGURANÇ A Y EL SISTEMA DE GARANTIAS JURISDICCIONALES DEL D. URUGUAYO	ACCIOLY FILHO	MANDADO DE SEGURANÇ A - URUGUAI
EL DERECHO PROCESAL Y LA PROTECCION DEL CONSUMIDOR	ACCIOLY FILHO	DIREITO DO CONSUMIDOR
FUTURO DEL DERECHO DEL TRABAJO	EDGARDO GONZALEZ HERAZO	DIREITO DO TRABALHO
LA DINAMICA DE ELA LIBRE APRECIACION DE LA PRUEBA EN LA JURISDICCION CIVIL	JOSÉ RODRÍGUEZ ESPEJO	PROVA
LA NOTIFICACIÓN AUTOMÁTICA EN LA PROVÍNCIA DE SANTA FÉ	OLÍVIO E. KLEINMAN	NOTIFICAÇÃO
LA PERSONA UMANA DI FRONTE AL DIRITTO	LUIGI CASTAGNOLA	PESSOAS (DIREITO)
LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA Y LA ECLOSION PEDAGÓGICA	LUIS ALBERTO WARAT	UNIVERSIDADES
LAS PARADOJAS DEL ESTADO: MODERNIDAD, DEMOCRACIA Y UNIVERSALIDAD	ALFONSO DE JULIOS CAMPUZANO	DIREITO - TEORIA
LAS TEORIAS Y SU INFLUENCIA POLITICA Y SOCIO - JURIDICA EM LOS PROBLEMAS DE LA DEMOCRACIA	ENRIQUE E. MARI	DIREITO - TEORIA - DEMOCRACIA
LAS TRANSFORMACIONES DEL MINISTERIO FISCAL EN EL EUROPA ORIENTAL Y LA UNIÓN SOVIÉTICA	RUBÉN MARTÍNEZ DALMAU	DIREITO FISCAL



LE DROIT COMPARÉ ET L'UNIFICATION DU DROIT PRIVÉ DES PAYS LATINS	O. MARTINS GOMES	DIREITO COMPARADO
LOS PROCEDIMIENTOS ACTUALES DEL PROCESO PENAL PUERTORRIQUENO	ANTONIO MOROIG	PROCESSO PENAL
MINORIAS Y TOLERANCIA. SOBRE LOS FUNDAMENTOS DE LA DEMOCRACIA	ALFONSO DE JULIOS CAMPUZANO	LIBERDADE DE PENSAMENTO E EXPRESSÃO
PROCESSO PENALE: LEGALITÀ, GIUSTIZIA E DIFESA SOCIAL	PIETRO NUVOLONE	PROCESSO PENAL - DEFESA
QUÉ HACEN LOS JUECES CUANDO JUZGAN?	CARLOS MARIA CARCOVA	PODER JUDICIÁRIO - JUIZ
SISTEMAS Y EXPERIENCIAS EN ENSEÑANZA PRACTICA O APLICADOS PARA LAS PROFESIONES JURÍDICAS	ENRIQUE VESCOVI	DIREITO - ENSINO
SOBRE EL ORIGEN DE LA TRADICIÓN HISPANOAMERICANA DE LOS DERECHOS HUMANOS	JESÚS ANTONIO DE LA TORRE RANGEL	DIREITOS HUMANOS

GRÁFICO 1: PORCENTAGEM DE ARTIGOS, EM LÍNGUA ESTRANGEIRA, REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 1953 – 2001.

## Porcentagem de artigos em língua Estrangeira



■ Português ■ Espanhol

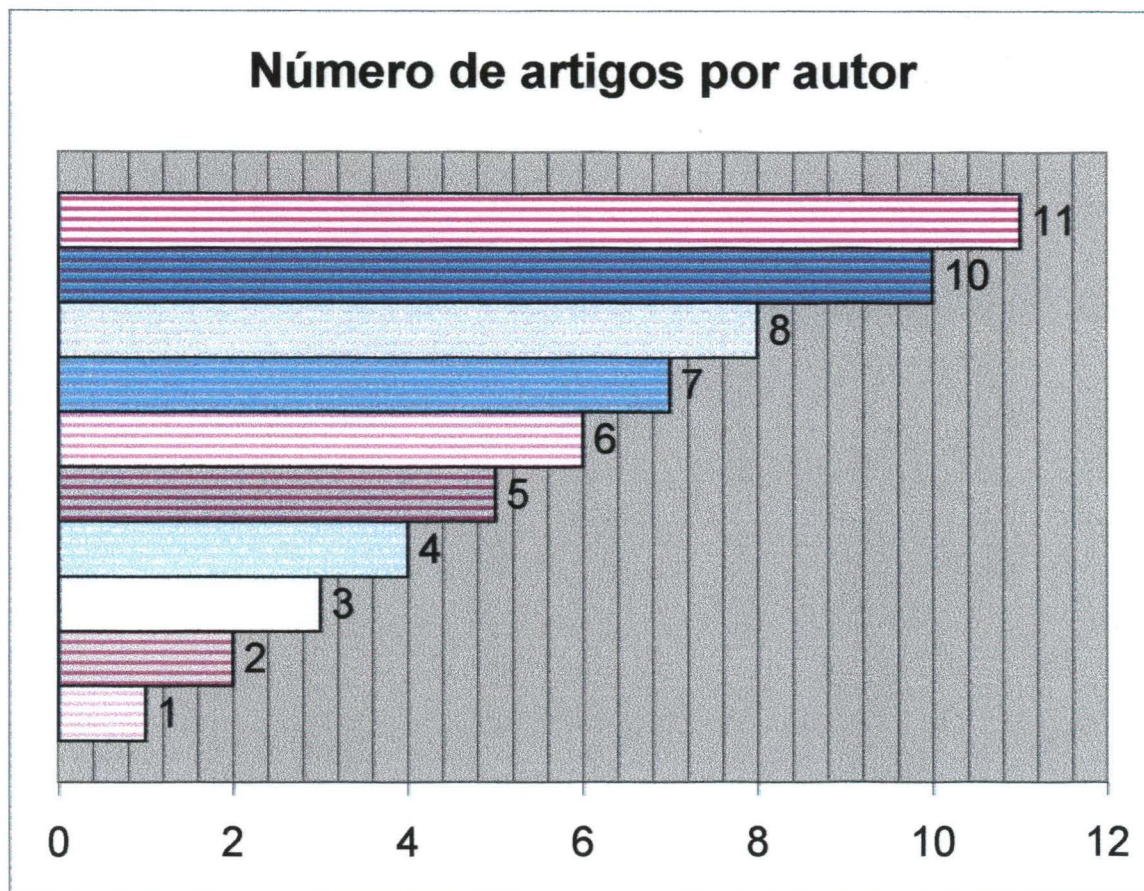
Dados sobre os autores:

No período analisado cento e noventa e seis autores tiveram seus artigos publicados na Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Destes os mais produtivos foram:

<b>Autores</b>	<b>Nº de artigos</b>	<b>Porcentagem</b>
LUIZ ALBERTO MACHADO	11	8,00%
ALCIDES MUNHOZ NETTO	10	7,42%
EUCLIDES DE QUEIROZ MESQUITA	10	7,42%
NAPOLEÃO LYRIO TEIXEIRA	10	7,42%
MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO	8	4,00%
ALOISIO SURGIK	7	3,50%
RENÉ ARIEL DOTTI	7	3,50%
ALTINO PORTUGAL SOARES PEREIRA	6	3,00%
LUIZ FERNANDO COELHO	6	3,00%
RUBENS REQUIÃO	6	3,00%
ARY FLORENCIO GUIMARÃES	5	2,50%
ERNANI GUARITA CARTAXO	5	2,50%
JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO	5	2,50%
JOSÉ NICOLAU DOS SANTOS	5	2,50%
LAERTES MACEDO MUNHOZ	5	2,50%
SANSÃO JOSÉ LOUREIRO	5	2,50%
ALDACY RACHID COUTINHO	4	1,50%
E. D. MONIZ DE ARAGÃO	4	1,50%
JOSÉ DALMO FAIRBANKS BELFORT DE MATTOS	4	1,50%
NELSON FERREIRA DA LUZ	4	1,50%
OSCAR MARTINS GOMES	4	1,50%
OUTROS	-	-

GRÁFICO 2 : NÚMERO DE ARTIGOS PRODUZIDOS POR AUTOR, REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 1953 – 2001.



**CENTO E VINTE E CINCO AUTORES ESCREVERAM UM ARTIGO**

**TRINTA E SEIS AUTORES ESCREVERAM DOIS ARTIGOS**

**QUATORZE AUTORES ESCREVERAM TRÊS ARTIGOS**

**CINCO AUTORES ESCREVERAM QUATRO ARTIGOS**

**SEIS AUTORES ESCREVERAM CINCO ARTIGOS**

**TRÊS AUTORES ESCREVERAM SEIS ARTIGOS**

**DOIS AUTORES ESCREVERAM SETE ARTIGOS**

**UM AUTOR ESCREVEU OITO ARTIGOS**

**TRÊS AUTORES ESCREVERAM DEZ ARTIGOS**

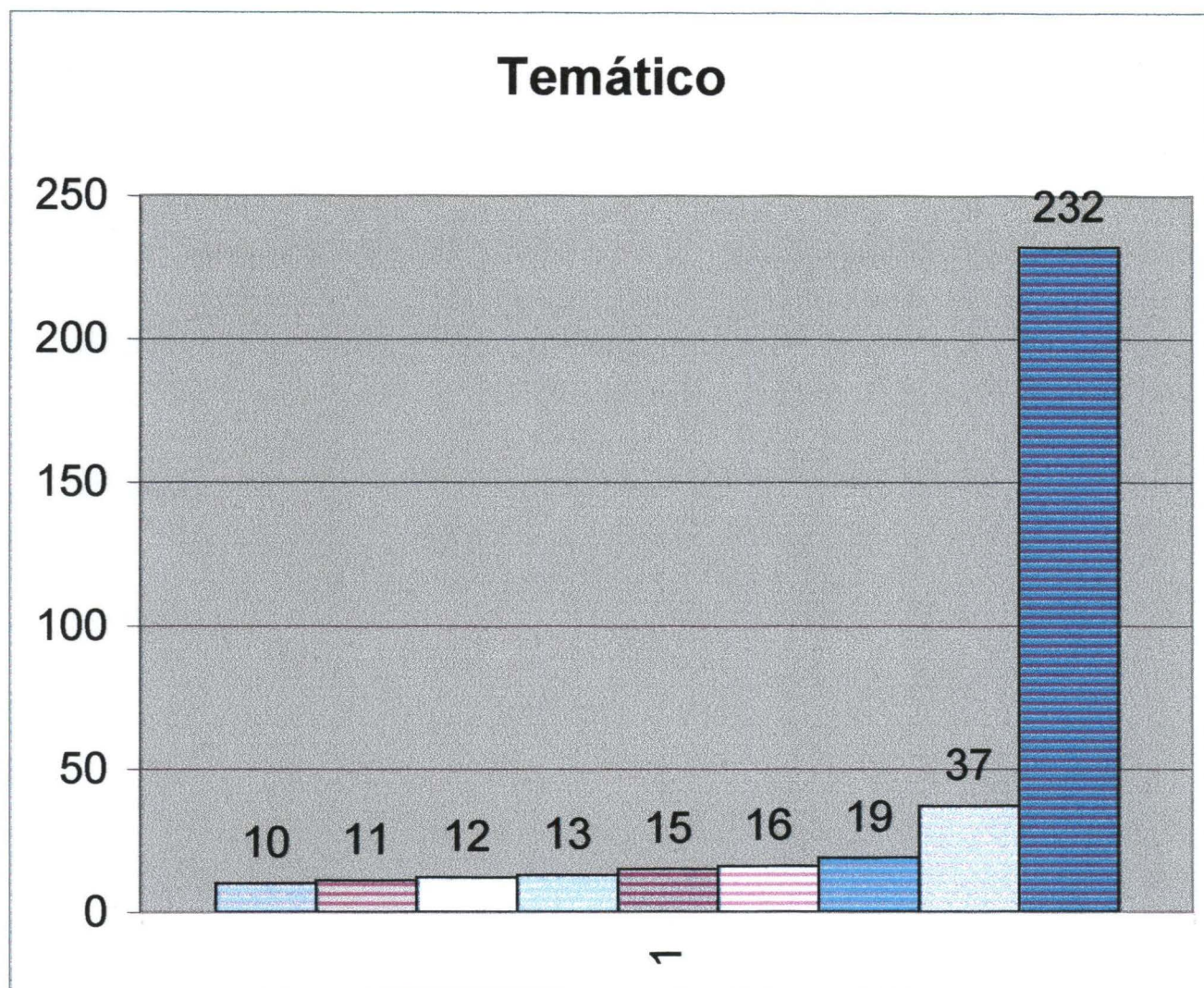
**UM AUTOR ESCREVEU ONZE ARTIGOS**

Dados sobre os temas:

No período analisado foram classificados duzentos e quarenta e dois temas. Destes os temas mais abordados foram direito penal, direito de família, ensino do direito e direito administrativo, conforme quadro abaixo.

Tema	Número de artigos	Porcentagem
DIREITO PENAL	36	20,0%
DIREITO DE FAMÍLIA	18	10,2%
DIREITO - ENSINO	15	6,0%
DIREITO ADMINISTRATIVO	15	6,0%
DIREITO DO TRABALHO	15	6,0%
DIREITO - TEORIA	14	5,0%
DIREITO INTERNACIONAL	12	3,0%
DIREITO CIVIL	11	2,0%
PODER JUDICIÁRIO	10	1,0%
PENA	9	0,9%
DIREITO COMPARADO	7	0,7%
DIREITO CONSTITUCIONAL	7	0,7%
DIREITO EMPRESARIAL	7	0,7%
ESTADO DE DIREITO	7	0,7%
DIREITO A PROPRIEDADE	6	0,6%
DIREITO ECONÔMICO	6	0,6%
DIREITOS HUMANOS	6	0,6%
PROCESSO CIVIL	6	0,6%
CASAMENTO	5	0,5%
DIREITO POLÍTICO	5	0,5%
EDUCAÇÃO	5	0,5%
FILOSOFIA DO DIREITO	5	0,5%
MEDICINA LEGAL	5	0,5%
RESPONSABILIDADE DO ESTADO	5	0,5%
SOCIEDADE POR AÇÕES	5	0,5%
UNIVERSIDADES	5	0,5%
OUTROS	-	-

Gráfico 3 : Ocorrência de tema, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, 1953 – 2001.



Um tema -PENA	10
Um tema - PODER JUDICIÁRIO	11
Um tema - DIREITO CIVIL	12
Um tema - DIREITO INTERNACIONAL	13
Um tema - DIREITO - TEORIA	15
Três temas - DIREITO - ENSINO / DIREITO ADMINISTRATIVO / DIREITO DO TRABALHO	16
Um tema - DIREITO DE FAMILIA	19
Um tema - DIREITO PENAL	37
Outros	232

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral a elaboração de um índice de autores que contribuíram para a Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e de temas que foram objeto de estudos no referido periódico de 1953 a 2001.

Em relação ao objetivo geral pode-se afirmar que foi realizado o processamento integral das informações divulgadas na categoria documental artigos e disponibilizadas na base de dados para posterior consulta.

Não foram objetos de análise as crônicas universitárias, a produção da pós-graduação, visto que este material somente interessaria à comunidade universitária da época.

Quanto à elaboração do índice temático e onomástico, o objetivo foi alcançado na sua totalidade visto que foi possível traçar um panorama geral da produção jurídica da época e ainda identificar os autores mais produtivos e também os temas mais estudados.

Foi possível perceber a dificuldade de se criar parâmetros e critérios para a organização, estruturação, sistematização e distribuição da informação em uma área como a do direito em que se depara com um vocabulário particularmente único e uma classificação ampla e em constante atualização.

Não foi pretensão da autora esgotar as discussões nos quesitos apresentados em função de tempo e até conhecimento, portanto sugere-se novo olhar sobre a temática aqui proposta por outros colegas que possam ser atraídos pelas linhas de pesquisas “Análise da produção científica” ou “Informação e documentação jurídica”.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, A Networks for thinking in cliques? **Science**, Washington, v.253, n. 5.019, p. 506, 2 Aug. 1991.

BARBOSA, A. P. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBBD, 1969. 441 p.

BROWN, James Duff. **Subject classification**. 2. ed. London: Graffon, 1939. 565 p.

CAMPELLO, B. S; CAMPOS C. M. **Fontes de informação especializada: características e utilização**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1988. 44 p.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante. **Formas e expressões do conhecimento** : introdução às fontes de informação. Belo Horizonte : Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. 413 p.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannete Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2000. 319 p.

CAMPOS, A. O processo classificatório como fundamento das linguagens de indexação. **R. Biblioteconomia Brasília**. V.6, n.1, p.1-7, jan/jun. 1978.

CHORÃO, Luís Bigotte. **O periódico jurídico Português do século XIX**. Lisboa: Imprensa nacional / Casa da moeda, 2002.

CLEMENT, G. **Evolution of species: science journals published on the internet**. Database, Wilton, v. 17, n. 5, p. 44 – 54, Oct/ Nov. 1994.

CUNHA, M. B. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2001, p.142.

DATTA, S. A organização de conceitos para a recuperação da informação. **Ci. Inf.** Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.17-28, 1977.

FIGUEIREDO, M. R. **A fundação do boletim da faculdade de direito e o periodismo jurídico em Coimbra**. Coimbra, 2002

GROSSI, Paolo. **La revista jurídica en la cultura contemporánea**. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina. 1997.

HARNAD, S. **Implementing peer review on the net: scientific quality control in scholarly electronic journals**. Paper presented at the international Conference on



Refereed Electronic Journals, 1993. Disponível na internet via ftp.princeton.edu/pub/harnad/harnad94.peer.review.

HARRISON, T. M., STEPHEN, T.D. The electronic journal as the heart of an online scholarly community. **Library Trends**, Illinois, v.43, n.4, p.592 – 608, spring 1995.

HOELLE, D. M. Handling electronic information: the librarian's changing role. In: IFLA General Conference, 61, 20-26 Aug 1995, Istambul. **Booklet** nº 2... Istambul: IFLA, 1995. 106p. p.74 – 75.

LANCASTER, F. W. The evolution of electronic publishing. **Library Trends**, Champaign, v.43, n. 4, p. 713- 740, spring 1995.

LE COADIC, Y. F. Histoire dès sciences et historie de la science de l'information. Paris: Documentaliste, 1993, p. 4-5.

LE COADIC, Y.F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996, p. 86-90.

LE COADIC, Y-F. **Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos,/Livros, 1996, p. 10-25.

LEVIN, A. The log on the library. **Johns Hopkins Magazine, Baltimore**, p. 12 – 19, Feb. 1992.

LOBO, D. M. F., BARCELLOS, S.O. Guias de fontes de informação : metodologia para a geração e automação. **Ciência da Informação**. Brasília, 1992

MCMURDO, G. Changing contexts of communication. **Journal of Information Science**, Sussex, v.21, n. 2, p.140 – 146, 1995.

MEADOWS, A .J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER S.P.M.O periódico científico e as bibliotecas universitárias: velhos problemas , novas soluções. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS ,8.,1994 Campinas SP . **Anais...** Campinas : UNICAMP, 1994 . 361P.P.80-101

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S.P. Revisões de literatura. In. CAMPELLO, B. S., CENDÓN B.V. & KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 191-198.

OKERSON, A. Electronic journals: current issues. **IAALD Quarterly Bulletin**, v.37, n.1/2, p.46-54. 1992a.

OKERSON, A The missing model: A "circle of gifts". **Serials Review**, Greenwich, v.18, n.1/2, p.92-96, spring/summer 1992b.

PEIXOTO, M. P. Fontes de estudo na escola médica : recursos instrucionais utilizados por alunos de Medicina na Região Sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, jan./abr. 2002.

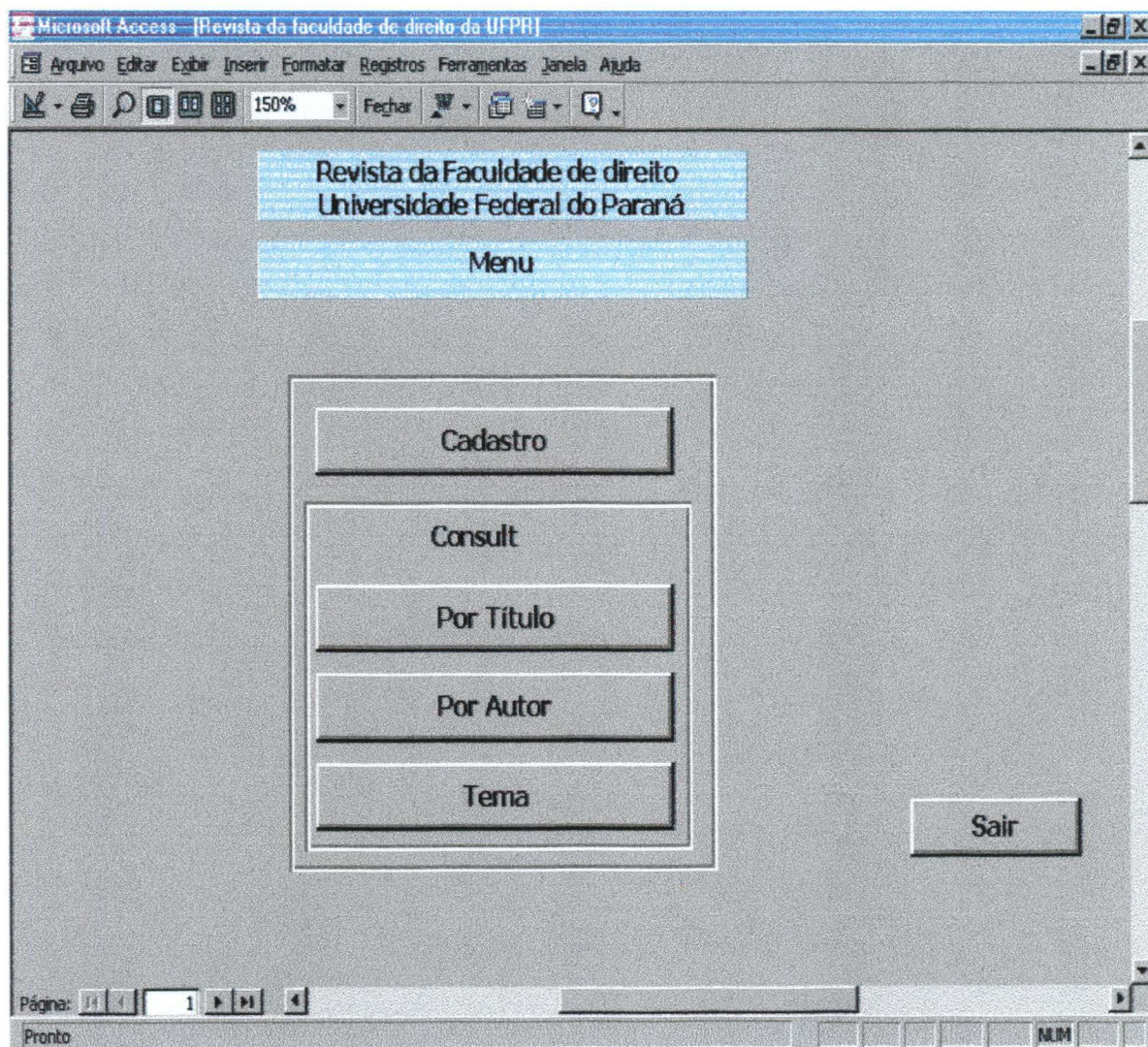
TARGINO, M. das G. The social impact of the Internet: does it promote diversity , access and participation? In: CLICHÉ, **D Cultural ecology :the changing dynamics of communications** . London : International Institute of Communications , 1997.257, p.72.87.

TARGINO , M. das G. **Comunicação científica : o artigo de periódico nas universidades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós graduação**. Brasília: UNB, 1998. Tese (doutorado em ciência da Informação) – Departamento de Ciência da informação e Documentação da faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1998. 387 f.

UDC Consortium. **Classificação Decimal Universal**: Edição – padrão internacional em língua portuguesa. Brasília: IBCT, 1997 – 1999. 2 v.

VICKERY, B. C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. 274p.

## ANEXO 1 – JANELA INICIAL DA BASE



## ANEXO 2 – MODELO DA JANELA PARA ENTRADA DOS DADOS

Microsoft Access - [Revista da Faculdade de Direito da UFPR]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

Tahoma 8 N I S

Universidade Federal do Paraná  
Revista da Faculdade de Direito

Titulo: O QUINTOR UNIVERSITÁRIO

Autor: RUBENS PINTO LYRA

Mês: DEZEMBRO

Ano: 2000

Volume: 34

Página Inicial: 91

Página Final: 106

Temática: ENSINO DO DIREITO

Voltar

Registro: 361 de 372

Modo formulário NUM

## ANEXO 3 – LISTA DOS ARTIGOS

Código	Título	Mês	Ano	Volume	Pg. Inicial	Pg. Final
1	A "CLEMENTIA PRINCIPIS" DE NOSSOS DIAS, NO DIREITO NACIONAL	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	203	210
2	A ADOÇÃO E SUA NOVA LEI	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	211	220
3	A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA DO ESTADO	DEZEMBRO	1974 - 1975	17	69	124
4	A ATIVIDADE JURISDICIONAL E A RACIONALIZAÇÃO DA JUSTIÇA	NOVEMBRO	1998	30	151	162
5	A CENTRALIZAÇÃO NO ESTADO FEDERAL	MAIO	1985	22	122	145
6	A CIÊNCIA E A ARTE POLÍTICA	DEZEMBRO	1955	3	100	131
7	A CISÃO DE SOCIEDADE	DEZEMBRO	1976 - 1977	18	91	94
8	A CLÁUSULA DE ARBITRAMENTO COMPULSÓRIO DE LITÍGIOS, NOS TRATADOS INTERAMERICANOS	DEZEMBRO	1954	2	93	121
9	A COMPENSAÇÃO E A RESPONSABILIDADE EXTRA - CONTRATUAL	DEZEMBRO	1970	13	145	150
10	A CONSTITUIÇÃO DE 1967 E O DIREITO CIVIL	DEZEMBRO	1974 - 1975	17	53	68
11	A CONTRIBUIÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS PARA A ESTABILIDADE FINANCEIRA INTERNA E EXTERNA	DEZEMBRO	1956	4	170	233
12	A CONTRIBUIÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS PARA A ESTABILIDADE FINANCEIRA INTERNA E PARA O EQUILÍBRIO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS	DEZEMBRO	1954	2	374	393
13	A CONTRIBUIÇÃO DE KARL MARX PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO	DEZEMBRO	1994 - 1995	28	69	74
14	A CRIMINOLOGIA DE CLÓVIS BEVILAQUA	DEZEMBRO	1960	8	7	21
15	A CULPABILIDADE NO NOVO CÓDIGO	DEZEMBRO	1970	13	139	144
16	A DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE O GENOMA E DIREITOS HUMANOS: UM NOVO MODELO JURÍDICO PARA A NATUREZA?	DEZEMBRO	2000	34	51	58
17	A DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA NO DIREITO BRASILEIRO E OS DIREITOS DE TERCEIROS	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	40	62
18	A DESTRUIÇÃO DO HOMEM PELA GANÂNCIA DO PODER ECONÔMICO	DEZEMBRO	1983 - 1984	21	21	28
19	A DIALÉTICA DA PRÁXIS NA TEORIA EGOLÓGICA DO DIREITO	MAIO	1985	22	236	249
20	A DUPLA INTERPRETATIVIDADE DO DEVER-SER	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	31	38
21	A EMBRIAGUEZ DA VÍTIMA NA ETIMOLOGIA DO DELITO	DEZEMBRO	1957	5	59	62
22	A EQUIDADE E O DIREITO DO TRABALHO	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	17	39

23	SOBRE EL ORIGEN DE LA TRADICIÓN HISPANOAMERICANA DE LOS DERECHOS HUMANOS	DEZEMBRO	1996	29	9	38
24	A EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE: PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	MAIO	2000	33	83	90
25	A EXTINÇÃO DAS AÇÕES AO PORTADOR	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	9	19
26	A FICÇÃO DO DIREITO	DEZEMBRO	1968	11	145	160
27	A FUNÇÃO RENOVADORA DO DIREITO	DEZEMBRO	1969	12	39	48
28	A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA NO ESTADO DE DIREITO	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	263	280
29	A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	MAIO	1989	25	165	182
30	A FUNDAÇÃO COMO FORMA DE EMPRESA	DEZEMBRO	1972	15	73	82
31	A GENERALIDADE DA LEI	DEZEMBRO	1960	8	22	43
32	A IMPORTÂNCIA DA ENCICLOPÉDIA JURÍDICA NA FORMAÇÃO DO JURISTA	DEZEMBRO	1960	8	135	146
33	A IMPUTABILIDADE E O PRINCÍPIO PSIQUIÁTRICO - PSICOLÓGICO - JURÍDICO	DEZEMBRO	1964 - 1967	10	11	22
34	A INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS TRABALHISTAS	MAIO	2000	33	9	18
35	A INFORMAÇÃO CULTURAL NO ESTADO DE DIREITO	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	185	212
36	A INSTITUIÇÃO DO MANDATO NAS SOCIEDADES LIMITADAS	DEZEMBRO	1953	1	178	186
37	A LEGISLAÇÃO FÓSSIL DO BRASIL E A MENORIDADE SOCIAL DOS SELVAGENS	DEZEMBRO	1956	4	20	34
38	A LINGUAGEM POLÍTICA: UMA LEITURA DE ALGUMAS MANIFESTAÇÕES	MAIO	1999	31	7	30
39	A LUTA PELA PROPRIEDADE DA TERRA NA HISTÓRIA DE ROMA E NO BRASIL	DEZEMBRO	1999	32	25	36
40	A MOTIVAÇÃO DA SENTENÇA COMO GARANTIA INERENTE AO ESTADO DE DIREITO	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	281	294
41	A MULHER E O CRIME	DEZEMBRO	1955	3	132	145
42	A NATUREZA JURÍDICA E A EFETIVIDADE DAS RECOMENDAÇÕES DA OIT	MAIO	2001	35	101	112
43	A NOÇÃO DE SISTEMA NO DIREITO	MAIO	2000	33	53	64
44	A NOVA SISTEMÁTICA DO FUNDO DE GARANTIA APLICADA ÀS RESCISÕES CONTRATUAIS POR EXTINÇÃO DE EMPRESA	DEZEMBRO	1990 - 1991	26	70	100
45	A NOVA SISTEMÁTICA DO FUNDO DE GARANTIA APLICADA ÀS RESCISÕES CONTRATUAIS POR EXTINÇÃO DE EMPRESA	DEZEMBRO	1990 - 1991	26	58	69
46	A PARTE GERAL DO ANTEPROJETO DE CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO	DEZEMBRO	1972	15	137	161
47	A PERICULOSIDADE CRIMINAL	DEZEMBRO	1956	4	63	82
48	A PERICULOSIDADE CRIMINAL	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	1	16
49	A POSITIVIDADE COMO EXPRESSÃO DO DIREITO	DEZEMBRO	1956	4	105	109

50	A POSSE NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO	DEZEMBRO	1964 - 1967	10	43	50
51	A POSSIBILIDADE DA UNIFICAÇÃO DO DIREITO PRIVADO HISPANO-LUSO-AMERICANO	DEZEMBRO	1954	2	9	18
52	A PRESUNÇÃO CONSTITUCIONAL DE INOCÊNCIA	DEZEMBRO	1992 - 1993	27	37	48
53	A REALIDADE MULTINACIONAL E AS IMPLICAÇÕES DA NACIONALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	MAIO	1989	25	1	58
54	A RECUPERAÇÃO SOCIAL DOS DELINQUENTES	DEZEMBRO	1957	5	68	85
55	A REDIVISÃO TERRITORIAL DA BRASIL E O PODER CONSTITUINTE	DEZEMBRO	1969	12	221	240
56	A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO POR ATOS CRIMINOSOS DE TERCEIROS	DEZEMBRO	1986	23	227	246
57	A TEORIA DA NORMA JURÍDICA DE N. BOBBIO E O DIREITO PENAL BRASILEIRO	MAIO	1985	22	220	223
58	A TUTELA DOS BENS CULTURAIS E A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO	DEZEMBRO	1986	23	247	268
59	A VIGILÂNCIA PRIVADA. AUXILIAR DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E DEFESA SOCIAL	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	193	200
60	ABALROAMENTO AÉREO	DEZEMBRO	1955	3	146	171
61	AÇÃO MONITÓRIA: PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A LEI 9.079, DE 14.07.95	DEZEMBRO	1994 - 1995	28	43	54
62	AÇÃO RESCISÓRIA E HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	18	101	116
63	ACIDENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	DEZEMBRO	1968	11	161	172
64	AÇÕES CAUTELARES	DEZEMBRO	1983 - 1984	21	29	62
65	AÇÕES DE COMPANHIAS E SUAS NEGOCIAÇÃO OBRIGATÓRIA EM PREGÃO PÚBLICO	DEZEMBRO	1954	2	262	270
66	ACORDO DE ACIONISTAS E CRIAÇÃO DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE CLASSE MENOS FAVORECIDA	NOVEMBRO	1998	30	121	139
67	ADOÇÃO	DEZEMBRO	1953	1	147	156
68	AINDA AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	DEZEMBRO	1960	8	55	80
69	ALGO SOBRE EMPRÊSA	DEZEMBRO	1968	11	67	80
70	ALGUMAS ANOTAÇÕES SOBRE OS CRIMES CONTRA OS COSTUMES	MAIO	1985	22	224	235
71	ALGUMAS INOVAÇÕES DO ANTEPROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	DEZEMBRO	1970	13	155	166
72	LAS PARADOJAS DEL ESTADO: MODERNIDAD, DEMOCRACIA Y UNIVERSALIDAD	DEZEMBRO	1996	29	39	72
73	ALGUMAS REFLEXÕES E TENDÊNCIAS ACERCA DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	DEZEMBRO	2000	34	7	12

74	ALGUNS ASPECTOS DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	228	237
75	ALGUNS ASPECTOS DA PROBLEMÁTICA MÉDICO - SOCIAL DO COMPLEXO DE INFERIORIDADE	DEZEMBRO	1960	8	81	99
76	ALGUNS ASPECTOS DO FURTO NEURÓTICO	DEZEMBRO	1953	1	91	97
77	ALGUNS ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIOLÓGICOS DE UMA REVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL	DEZEMBRO	1968	11	187	202
78	ALGUNS ASPECTOS PSIQUIÁTRICO DO SUICÍDIO	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	58	62
79	ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NA UNIÃO SOVIÉTICA	DEZEMBRO	1970	13	11	32
80	ANÍBAL BRUNO E A REFORMA PENAL	DEZEMBRO	1976 - 1977	18	23	42
81	ANOTAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL NO PROJETO DO CÓDIGO DE 1998	MAIO	1999	31	127	134
82	APLICAÇÃO JUDICIÁRIA DA NARCO ANÁLISE	DEZEMBRO	1957	5	217	222
83	APONTAMENTOS SOBRE A INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	DEZEMBRO	1968	11	173	186
84	APONTAMENTOS SOBRE O CRIME POLÍTICO	DEZEMBRO	1971	14	29	44
85	APONTAMENTOS SOBRE OS ESTADOS DE PERTURBAÇÃO GERAL DA CONSCIÊNCIA. A EMOÇÃO E A PAIXÃO	DEZEMBRO	1981 - 1982	20	105	132
86	AS CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE DO NOVO CÓDIGO PENAL	DEZEMBRO	1972	15	166	184
87	AS MIGRAÇÕES DO DIREITO	DEZEMBRO	1956	4	307	323
88	AS MIGRAÇÕES DO DIREITO ROMANO	DEZEMBRO	1957	5	244	250
89	AS ORIGENS LUSO - BRASILEIRAS DO MANDATO DE SEGURANÇA	DEZEMBRO	1983 - 1984	21	1	12
90	AS SOCIEDADES ANÔNIMAS DE CAPITAL AUTORIZADO E DE CAPITAL ABERTO	DEZEMBRO	1968	11	133	145
91	AS TROPAS DA O.N.U. E SEU ESTATUTO JURÍDICO	DEZEMBRO	1953	1	98	120
92	ASPECTOS DA CULPABILIDADE DO DIREITO PENAL	DEZEMBRO	1964 - 1967	10	89	106
93	ASPECTOS DE LA SENTENCIA DEL TRIBUNAL DE LO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	DEZEMBRO	1964 - 1967	10	23	42
94	ASPECTOS DO ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL	DEZEMBRO	1961-1963	9	85	122
95	ASPECTOS DO CRIME CONTINUADO	DEZEMBRO	1969	12	137	120
96	ASPECTOS DO RELATIVISMO DA SOBERANIA: CONTRIBUIÇÃO AO ESTADO	MAIO	2000	33	121	148
97	ASPECTOS GERAIS DO DIREITO CONTRATUAL POLONÊS	DEZEMBRO	1969	12	11	38
98	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO INSTITUTO JURÍDICO	DEZEMBRO	1971	14	73	106



99	ATO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E ELEMENTOS	MAIO	1985	22	6	29
100	ATO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E ELEMENTOS	MAIO	1985	22	30	101
101	ATO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E ELEMENTOS	MAIO	1985	22	102	121
102	AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS	DEZEMBRO	1972	15	20	42
103	AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS	DEZEMBRO	1972	15	20	42
104	CITAÇÃO PELO CORREIO	DEZEMBRO	1976 - 1977	18	83	90
105	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	DEZEMBRO	1976 - 1977	18	71	82
106	COMENTÁRIO À PONÊNCIA DO PROFESSOR LOURIVAL VILANOVA, INTITULADA: "O SUBSTRATO MODALMENTE INDIFERENTE	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	39	42
107	CONCEITO CLÁSSICO E POST-CLÁSSICO DO JUS NATURALE E DO JUS GENTIUM	DEZEMBRO	1953	1	26	47
108	CONCEITOS ATUAIS DA PSICOPATOLOGIA DO SUICÍDIO	DEZEMBRO	1960	8	124	127
109	CONCEITUAÇÃO DO CRIME DE ABORTO	DEZEMBRO	1955	3	304	347
110	CONDENAÇÃO DO ABUSO DO DIREITO	DEZEMBRO	1969	12	49	54
111	CONSIDERAÇÕES SOBRE A FILIAÇÃO EXTRAMATRIMONIAL EM DIREITO DE FAMÍLIA FRANCÊS E BRASILEIRO	DEZEMBRO	1992 - 1993	27	61	80
112	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR FATOS DOS SEU AGENTES	DEZEMBRO	1986	23	105	128
113	CONSIDERAÇÕES SOBRE GRUPOS DE PRESSÃO	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	165	178
114	CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO À INTIMIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS	MAIO	1989	25	81	92
115	CONSIDERAÇÕES SOBRE O DOLO	DEZEMBRO	1954	2	303	313
116	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	MAIO	2000	33	19	30
117	CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUJEITO DE DIREITO: PROBLEMA DE CONHECIMENTO OBJETO E PREDICADO	NOVEMBRO	1998	30	235	256
118	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ANTIGA ROMA	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	57	74
119	CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS, LEGISLAÇÃO E TERRAS DEVOLUTAS	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	153	192
120	CONTRIBUTION DE LA "VICTIMOLOGIE" AUX SCIENCES CRIMINOLOGIQUES	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	268	285
121	CONVENÇÃO EUROPÉIA DE DIREITOS HUMANOS E CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM COMPARAÇÃO	DEZEMBRO	1986	23	51	72
122	COOPERATIVISMO E COMUNIDADE	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	188	202
123	CRIMES OMISSIVOS	DEZEMBRO	1981 - 1982	20	71	104
124	CURSOS UNIVERSITÁRIOS - PROBLEMAS DO ENSINO MÉDICO	DEZEMBRO	1956	4	298	306

125	DA ETIMOLOGIA E DEFINIÇÃO DO DOMÍNIO	DEZEMBRO	1960	8	147	152
126	DA INICIATIVA DAS PROVAS E DOS PODERES DO JUIZ DE DIREITO ROMANO E NA ATUALIDADE	DEZEMBRO	1981 - 1982	20	19	38
127	DA NECESSIDADE DO DIVÓRCIO	DEZEMBRO	1956	4	110	125
128	DA NOÇÃO DE DIREITO NATURAL À DE DIREITO ALTERNATIVO	NOVEMBRO	1998	30	199	214
129	DA REPARAÇÃO DO DANO CAUSADO PELO CRIME	DEZEMBRO	1970	13	89	104
130	DAS PENAS PRINCIPAIS E SUA APLICAÇÃO	DEZEMBRO	1961-1963	9	63	72
131	DAS RELAÇÕES ENTRE A COMPANHIA E SEUS ACIONISTAS	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	87	100
132	DAS SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	144	164
133	DECISIONISMO: UM CONFRONTO ENTRE MAX WEBER E CARL SCHMITT	MAIO	2000	33	83	90
134	DECLIN DE LA FONCTION PATERNALLE - JUDICIARISATION CROISSANTE DE LA VIE SOCIALE	MAIO	2001	35	19	30
135	DELEGAÇÃO DE PODERES	DEZEMBRO	1954	2	287	290
136	DELINQUÊNCIA DE MENORES	DEZEMBRO	1954	2	278	280
137	DENUNCIÇÃO DA LIDE	DEZEMBRO	1983 - 1984	21	63	74
138	DESNECESSIDADE DA PRESENÇA DO JUIZ AO ATO DE ARREMATACÃO, NO SISTEMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	DEZEMBRO	1983 - 1984	21	101	120
139	DICIONÁRIO DO INVESTIGADOR	DEZEMBRO	1973	16	9	62
140	DIREITO - ENSINO, PESQUISA, TEORIA E PRÁTICA	MAIO	1989	25	109	118
141	DIREITO ASTRONÁUTICO DIRETRIZES E NORMAS	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	101	125
142	DIREITO COMPARADO E GEOGRAFIA JURÍDICA	DEZEMBRO	1955	3	348	351
143	DIREITO DO TRABALHO DE EMERGÊNCIA	NOVEMBRO	1998	30	101	120
144	DIREITO E AMOR	DEZEMBRO	1957	5	86	108
145	DIREITO E DIALÉTICA	DEZEMBRO	1974 - 1975	17	145	158
146	DIREITO NATURAL - DIREITO CULTURAL	DEZEMBRO	1956	4	126	130
147	DIREITO, ADMINISTRAÇÃO, ESTADO	DEZEMBRO	1953	1	64	72
148	DIREITOS FUNDAMENTAIS E POLÍTICAS NEOLIBERAIS	NOVEMBRO	1998	30	141	149
149	DIRITTI PENALE CLASSICO VERSUS DIRITTI PENALE MODERNO: CAMBI DI PARADIGMA NEL SISTEMA PENALE ATTUALE?	DEZEMBRO	1992 - 1993	27	21	36
150	DO AVAL DADO POR MULHAR CASADA SEM O CONSENTIMENTO DO MARIDO	MAIO	1989	25	183	188
151	DO CONCEITO ROMANO DE IMPERIUM E SEUS DESVIOS JURÍDICO - POLÍTICOS	DEZEMBRO	1986	23	19	36
152	DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO E SUAS FONTES	DEZEMBRO	1974 - 1975	17	125	134

153	DO CONTROLE JUDICIAL DAS DESAPROPRIAÇÕES POR INTERESSE PÚBLICO	DEZEMBRO	1976 - 1977	18	51	70
154	DO DIREITO AO NOME	DEZEMBRO	1969	12	203	220
155	DO MANDATO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JURISDICIONAL NO DIREITO BRASILEIRO	DEZEMBRO	1961-1963	9	11	18
156	DO TRIBUNATO DA PLEBE E DO CONCEITO ROMANO DE JUSTIÇA. BREVES CONSIDERAÇÕES	DEZEMBRO	1986	23	9	18
157	DOIS ANOS DE SEXOLOGIA FORENSE NO DEPARTAMENTO MÉDICO LEGAL DO PARNÁ	DEZEMBRO	1957	5	27	34
158	DOIS ASPECTOS DO TEMA SUICÍDIO	DEZEMBRO	1972	15	130	136
159	DOS ATOS NÃO NEGOCIAIS À SUPERACÃO DO TRÂNSITO JURÍDICO CLÁSSICO	MAIO	2000	33	91	98
160	DOS CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR	DEZEMBRO	1954	2	314	326
161	DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TIBUTÁRIA	MAIO	1985	22	202	209
162	EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA	DEZEMBRO	1957	5	201	216
163	EFICÁCIA DA SENTENÇA E COISA JULGADA PERANTE TERCEIROS	MAIO	1989	25	93	108
164	EFICÁCIA PROBATÓRIA DO COMPORTAMENTO DAS PARTES	DEZEMBRO	1981 - 1982	20	1	10
165	EL AMPARO EL MANDADO DE SEGURANÇA Y EL SISTEMA DE GARANTIAS JURISDICCIONALES DEL D. URUGUAYO	DEZEMBRO	1960	8	153	172
166	EL DERECHO PROCESAL Y LA PROTECCION DEL CONSUMIDOR	DEZEMBRO	1983 - 1984	21	121	128
167	EM QUE SENTIDO O DIREITO NATURAL É NATURAL	DEZEMBRO	1954	2	158	164
168	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	MAIO	1989	25	59	80
169	EMBARGOS DE TERCEIROS À PENHORA: A QUESTÃO DA POSSE DO PROMITENTE COMPRADOR	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	17	30
170	EMBRIAGUEZ NO DIREITO PENAL	DEZEMBRO	1956	4	257	284
171	ENCARGOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO RAMO CIVIL	DEZEMBRO	1954	2	291	302
172	ENQUANTO SE ESPERA PELAS DIRETRIZES E BASES	DEZEMBRO	1953	1	73	90
173	ENSAIO CRÍTICO ACERCA DA TEORIA DAS NULIDADES	DEZEMBRO	1999	32	37	54
174	ENSINO PROFISSIONAL DE ECONOMIA	DEZEMBRO	1955	3	297	303
175	ERRO DE FATO E ERRO DE DIREITO NO ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL	DEZEMBRO	1961-1963	9	33	52
176	ESPÉCIE DE DOLO E OUTROS ELEMENTOS SUBJETIVOS DO TIPO	DEZEMBRO	1971	14	107	120
177	ESTADO DE DIREITO E SEGURANÇA NACIONAL	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	161	184
178	DIREITO E SEGURANÇA NACIONAL	DEZEMBRO	1978	19	295	336
179	ESTADO DE NECESSIDADE E A EXIGIBILIDADE DE OUTRA CONDUTA	DEZEMBRO	1972	15	185	207

180	ESTUDO SOBRE O CASAMENTO COM SEPARAÇÃO DE BENS NO DIREITO COMPARADO	DEZEMBRO	1960	8	172	188
181	ESTUDOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO	DEZEMBRO	1973	16	63	140
182	EVOLUÇÃO DA TEORIA DA UNIVERSITAS	DEZEMBRO	1954	2	44	68
183	FATORES DO DESENVOLVIMENTO	DEZEMBRO	1964 - 1967	10	107	130
184	FATORES GEOGRÁFICOS E CULTURA DE GRAU SUPERIOR	DEZEMBRO	1956	4	143	156
185	FILOSOFIA DO DIREITO COMO PROBLEMA FILOSÓFICO	DEZEMBRO	1974 - 1975	17	9	20
186	FONTES E FORMAS PARA UM DISCIPLINA JURÍDICA COMUNITÁRIA	DEZEMBRO	1994 - 1995	28	75	84
187	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE JUÍZES	DEZEMBRO	1960	8	114	123
188	FUNCIONAMENTO DA O.N.U.	DEZEMBRO	1970	13	33	46
189	FUNDAMENTOS DA GEOGRAFIA JURÍDICA	DEZEMBRO	1954	2	174	261
190	FUTURO DEL DERECHO DEL TRABAJO	MAIO	2000	33	149	166
191	GARANTIAS JURÍDICAS QUE PROTEGEM A PROPRIEDADE NAS DESAPROPRIAÇÕES	DEZEMBRO	1981 - 1982	20	39	50
192	GARANTIAS JURISDICIONAIS DOS ADMINISTRADOS EM DIREITO COMPARADO	DEZEMBRO	1976 - 1977	18	5	23
193	GLOBALIZAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	MAIO	2000	33	45	52
194	HABEAS CORPUS: HISTÓRICO E PERFIL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	MAIO	1999	31	51	64
195	HARMONIZAÇÃO DO DIREITO DOS PAÍSES DO MERCOSUL	MAIO	2000	33	99	108
196	HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA EXTRAJERA	DEZEMBRO	1961-1963	9	19	28
197	IGUALDADE CONJUGAL - DIREITOS E DEVERES	MAIO	1999	31	135	146
198	ILÍCITO PENAL E SANÇÃO DISCIPLINAR	DEZEMBRO	1964 - 1967	10	51	60
199	IMPEACHMENT E IMPEDIMENTO DO TITULAR DO PODER EXECUTIVO	DEZEMBRO	1973	16	141	150
200	IMPUNIDADE DAS INFRAÇÕES A REGRAS DE AVIAÇÃO COMETIDAS EM ALTO MAR	DEZEMBRO	1964 - 1967	10	61	74
201	IMUNIDADES PARLAMENTARES	MAIO	1985	22	166	179
202	INDUSTRIALISMO EM ESCALA ECONÔMICA	DEZEMBRO	1960	8	128	134
203	INSTITUTO DE DIREITO COMPARADO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	85	100
204	INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL: MÉTODO CONCRETISTA	NOVEMBRO	1998	30	271	283
205	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	DEZEMBRO	1974 - 1975	17	135	144
206	INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	MAIO	1985	22	158	165
207	INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DA INSTABILIDADE POLÍTICA NACIONAL	DEZEMBRO	1954	2	271	286
208	INTRODUÇÃO AOS PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	NOVEMBRO	1998	30	163	198
209	JOAQUIM NABUCO	DEZEMBRO	1954	2	76	92

210	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO (TEMAS POLÊMICOS)	DEZEMBRO	1983 - 1984	21	75	90
211	JUS NOVUM	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	126	143
212	LA DINAMICA D ELA LIBRE APRECIACION DE LA PRUEBA EM LA JURISDICCION CIVIL	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	286	318
213	LA NOTIFICACIÓN AUTOMÁTICA EM LA PROVÍNCIA DE SANTA FÉ	DEZEMBRO	1983 - 1984	21	129	135
214	LA PERSONA UMANA DI FRONTE AL DIRITTO	DEZEMBRO	1955	3	253	276
215	LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA Y LA ECLOSION PEDAGÓGICA	DEZEMBRO	1972	15	15	19
216	LAÇO CONJUGAL E PÓS - MODERNIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	MAIO	2001	35	113	120
217	PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DA PÓS GRADUAÇÃO NA ÁREA DO DIREITO	DEZEMBRO	1996	29	73	86
218	LAS TEORIAS Y SU INFLUENCIA POLITICA Y SOCIO - JURIDICA EM LOS PROBLEMAS DE LA DEMOCRACIA	DEZEMBRO	1992 - 1993	27	5	20
219	LAS TRANSFORMACIONES DEL MINISTERIO FISCAL EM EL EUROPA ORIENTAL Y LA UNIÓN SOVIÉTICA	NOVIEMBRO	1998	30	25	65
220	LE DROIT COMPARÉ ET L'UNIFICATION DU DROIT PRIVÉ DES PAYS LATINS	DEZEMBRO	1957	5	193	200
221	LEGITIMAÇÃO PER SUBSEQUENS MATRIMONIUM	DEZEMBRO	1955	3	277	296
222	LEI REGULADORA DO ESTATUTO PESSOAL	DEZEMBRO	1954	2	19	43
223	LIBERDADES FUNDAMENTAIS DA PESSOA HUMANA EM FACE DO ESTADO	DEZEMBRO	1955	3	172	252
224	LIMITES E POSSIBILIDADES DA NOVA TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	DEZEMBRO	1992 - 1993	27	49	60
225	LIQUIDAÇÃO DE CONDOMÍNIO	DEZEMBRO	1972	15	162	165
226	LOS PROCEDIMIENTOS ACTUALES DEL PROCESO PENAL PUERTORRIQUENO	NOVIEMBRO	1998	30	3	9
227	MANDATOS E SENTENÇAS LIMINARES	DEZEMBRO	1971	14	7	28
228	MEIOS DE INVALIDAR O ATO ADMINISTRATIVO NO BRASIL	DEZEMBRO	1986	23	37	50
229	MÉTODOS E PROCESSOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	MAIO	1985	22	146	157
230	MINORIAS Y TOLERANCIA. SOBRE LOS FUNDAMENTOS DE LA DEMOCRACIA	DEZEMBRO	1994 - 1995	28	11	42
231	MISSÕES DA UNIVERSIDADE: A REFORMA AGRÁRIA E A REFORMA URBANA	NOVIEMBRO	1998	30	257	270
232	MODAS E PRÁTICAS LEGAIS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	DEZEMBRO	1974 - 1975	17	21	38
233	MODELOS DE POLÍTICAS DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA APLICAÇÃO DA PORTARIA - MEC Nº 1886/94	DEZEMBRO	1996	29	87	94
234	MOMENTOS DA CONDUTA	DEZEMBRO	1964 - 1967	10	131	138

235	NEGÓCIO FIDUCIÁRIO, NEGÓCIO INDIRETO E NEGÓCIO SIMULADO - UMA TENTATIVA DE DISTINÇÃO	DEZEMBRO	1972	15	248	260
236	NEOLIBERALISMO E DIREITO: REPERCUSSÕES DO ENSINO JURÍDICO	DEZEMBRO	1999	32	55	60
237	NEOLIBERALISMO E NEO - SOCIALISMO	MAIO	1999	31	31	36
238	NOÇÃO DE MEIO AMBIENTE NO DIREITO BRASILEIRO	DEZEMBRO	1992 - 1993	27	81	120
239	NOTAS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO DE TUTELAS JURÍDICAS	DEZEMBRO	1994 - 1995	28	97	108
240	NOTÍCIA SOBRE A PARTE GERAL DO NOVO CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS	DEZEMBRO	1969	12	55	92
241	NOVA CONCEITUAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL	DEZEMBRO	1968	11	51	66
242	NOVAS SOBRE A AÇÃO REVOCATÓRIA	DEZEMBRO	1970	13	207	220
243	NOVOS RUMOS À DIDÁTICA DOS CURSOS JURÍDICOS	DEZEMBRO	1956	4	285	297
244	NULIDADE DA ALIENAÇÃO QUANDO O EMPRÉSTIMO NÃO SE DESTINA À AQUISIÇÃO DO BEM DADO EM GARANTIA	MAIO	1989	25	119	124
245	O "DIREITO DO MERCOSUL" DIREITO ORIUNDO DO MERCOSUL, ENTRE DIREITO INTERNACIONAL CLÁSSICO E NOVOS CAMINHOS DE INTERGRAÇÃO	MAIO	2001	35	73	100
246	O "IMPEACHMENT" DOS EXECUTIVOS NOMEADOS NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	DEZEMBRO	1974 - 1975	17	39	52
247	O ADVOGADO E A JUSTIÇA DO TRABALHO - EM HOMENAGEM A UM SENHOR ADVOGADO	MAIO	1989	25	125	138
248	O CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS DE 1966	DEZEMBRO	1969	12	101	114
249	O CÓDIGO E O FORMALISMO PROCESSUAL	DEZEMBRO	1983 - 1984	21	13	20
250	O CONCEITO DE DIREITO EM HART	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	105	134
251	O CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO E O DIREITO ADMINISTRATIVO	DEZEMBRO	1954	2	148	157
252	O CONCUBINATO E A POSIÇÃO JURÍDICA DA CONCUBINA	DEZEMBRO	1969	12	271	276
253	O CONSENTIMENTO DO OFENDIDO NO DIREITO PENAL	DEZEMBRO	1969	12	257	270
254	O CONTRATO DE CONCESSÃO DE VENDA COM EXCLUSIVIDADE (CONCESSÃO COMERCIAL)	DEZEMBRO	1972	15	208	247
255	O DESTINO DO DIREITO DO TRABALHO	DEZEMBRO	1957	5	153	162
256	O DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL	DEZEMBRO	1961-1963	9	53	58
257	O DIREITO ADQUIRIDO DIANTE DO FUTURO CÓDIGO CIVIL. SUJEITOS DE DIREITO. PESSOAS FÍSICAS	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	63	86
258	O DIREITO AO CASAMENTO E À SUA DISSOLUÇÃO ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO INDIVÍDUO	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	213	222

259	O DIREITO COMPARADO	DEZEMBRO	1972	15	261	274
260	O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS	DEZEMBRO	1969	12	93	100
261	OS CONSELHOS DE DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	DEZEMBRO	1996	29	95	110
262	O DIREITO NATURAL EM ROMA	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	43	56
263	O DIREITO ROMANO EM SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA. O PASSADO E O PRESENTE	DEZEMBRO	1981 - 1982	20	161	175
264	O ENSINO JURÍDICO NO BRASIL	DEZEMBRO	1953	1	48	63
265	O ERRO EM MATÉRIA PENAL	DEZEMBRO	1957	5	35	58
266	O ERRO NO CASAMENTO	DEZEMBRO	1954	2	394	405
267	O ESTADO DE DIREITO E O DIREITO DE AÇÃO ( A EXTENSÃO DO SEU EXERCÍCIO)	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	243	262
268	O ESTADO DE DIREITO E OS DIREITOS DE PERSONALIDADE	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	223	242
269	O ESTADO SINGULAR E O DIREITO PLURAL	MAIO	1989	25	139	120
270	O ESTUDO DO DIREITO NO BRASIL E NO PARANÁ	DEZEMBRO	1953	1	157	169
271	O EXCESSO DE ADAPTAÇÃO DAS CARTAS ESTADUAIS A CONSTITUIÇÃO DE 1967	DEZEMBRO	1969	12	151	172
272	O HIPNOTISMO E A LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA	DEZEMBRO	1957	5	9	26
273	O INTÉRPRETE E O PODER DE DAR VIDA À CONSTITUIÇÃO	DEZEMBRO	2000	34	59	76
274	O MANDATO DE SEGURANÇA COMO INSTRUMENTO DE LIBERDADE CIVIL E DE LIBERDADE POLÍTICA	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	5	16
275	O MUNICÍPIO NA EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL	DEZEMBRO	1976 - 1977	18	43	50
276	O NOTÁRIO E O MUNDO DE HOJE	DEZEMBRO	1970	13	47	88
277	O NOVO CURRÍCULO MÍNIMO DE DIREITO E O DIREITO INTERNACIONAL	DEZEMBRO	1972	15	7	42
278	O OUVIDOR UNIVERSITÁRIO	DEZEMBRO	2000	34	91	100
279	O PAPEL DO PENSAMENTO ECONOMICISTA NO DIREITO CRIMINAL DE HOJE	MAIO	1999	30	37	42
280	O PETRÓLEO DA PLATAFORMA CONTINENTAL: FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA OS ESTADOS - MEMBROS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS	DEZEMBRO	1990 - 1991	26	1	46
281	O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO - EVOLUÇÃO E FUNDAMENTOS	DEZEMBRO	1986	23	73	88
282	O PROBLEMA DA CAUSA NAS ORGANIZAÇÕES CONTRATUAIS	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	71	84
283	O PROBLEMA DA DEFINIÇÃO DO DIREITO	DEZEMBRO	1954	2	136	147
284	O PROBLEMA DA PAZ E O SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	DEZEMBRO	1960	8	44	54

285	O PROBLEMA DA SOBERANIA E O DIREITO DAS GENTES	DEZEMBRO	1953	1	170	177
286	O REGISTRO CIVIL DA PESSOA NATURAL NO DIREITO BRASILEIRO	DEZEMBRO	1957	5	62	67
287	O REPÚDIO DAS MULHERES PELO MARIDO NO DIREITO MUÇULMANO, VISTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	DEZEMBRO	1981 - 1982	20	133	160
288	O SENADOR CORREIA	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	20	57
289	ORIGENS DA LIMITAÇÃO LEGAL DA JORNADA DE TRABALHO	MAIO	1985	22	250	261
290	OS ANTECEDENTES DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DE 1789 E SUA EVOLUÇÃO	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	135	152
291	A EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE: PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	DEZEMBRO	1996	29	111	120
292	OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O PRIMEIRO DEVER FUNDAMENTAL	NOVEMBRO	1998	30	11	23
293	OS MANDAMENTOS	DEZEMBRO	1981 - 1982	20	11	18
294	OS NOVOS INSTRUMENTOS OPERACIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO	DEZEMBRO	1974 - 1975	17	177	186
295	OS PRINCÍPIOS DO DIREITO FINANCEIRO	DEZEMBRO	1990 - 1991	26	47	58
296	OS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO CIVIL	MAIO	1985	22	272	280
297	PAPEL DA MÁ LITERATURA DOS "COMICS" NORTE - AMERICANOS SOBRE O PSIQUISMO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLECENTES	DEZEMBRO	1961-1963	9	73	84
298	PARADIGMAS, HISTORIOGRAFIA CRÍTICA E DIREITO MODERNO	DEZEMBRO	1994 - 1995	28	55	68
299	PARECER	DEZEMBRO	1974 - 1975	17	159	176
300	PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	DEZEMBRO	1970	13	167	206
301	PERSONALIDADE JURÍDICA DA SOCIEDADE IRREGULAR	DEZEMBRO	1964 - 1967	10	139	162
302	PESSOAS INTERNACIONAIS	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	238	267
303	PODER DA BINUBA SOBRE OS FILHOS DO LEITO ANTERIOR	DEZEMBRO	1956	4	131	142
304	POLÍTICA FISCAL EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	DEZEMBRO	1955	3	21	120
305	PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO PENAL	MAIO	1985	22	210	219
306	PRISÃO CIVIL E "EQUIVALENTE EM DINHEIRO" NO DEPÓSITO ACESSÓRIO	MAIO	1989	25	189	206
307	PROBLEMAS ATUAIS DA EXECUÇÃO PENAL	DEZEMBRO	1981 - 1982	20	51	70
308	O DIREITO DO EMBRIÃO HUMANO: MITO OU REALIDADE	DEZEMBRO	1996	29	121	146
309	PROBLEMAS MODERNOS DE EDUCAÇÃO	DEZEMBRO	1955	3	313	321
310	PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO: NECESSIDADE DE SUA REFORMULAÇÃO	DEZEMBRO	1983 - 1984	21	91	100
311	PROCESSO DE EXECUÇÃO - ALGUNS TEMAS POLÊMICOS	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	127	146
312	PROCESSO E DIREITO ADMINISTRATIVO	DEZEMBRO	1954	2	122	135



313	PROCESSO PENALE: LEGALITÀ, GIUSTIZIA E DIFESA SOCIAL	DEZEMBRO	1968	11	7	18
314	PROPOSTA PARA UMA NOVA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS PENAIS	DEZEMBRO	1999	32	61	110
315	QUÉ HACEN LOS JUECES CUANDO JUZGAN?	MAIO	2001	35	7	18
316	QUEM SERÃO OS NOVOS BACHARÉIS EM DIREITO NO ÍNICIO DO SÉCULO XXI - PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES	MAIO	2000	33	31	44
317	QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO DO TRABALHO	DEZEMBRO	2000	34	35	50
318	RECONHECIMENTO E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	DEZEMBRO	1994 - 1995	28	109	140
319	RECURSO ORDINÁRIO: A AMPLITUDE DO EFEITO DEVOLUTIVO E O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	DEZEMBRO	1987 - 1988	24	75	104
320	REDUÇÃO DO CAPITAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA	DEZEMBRO	1968	11	81	114
321	REFLEXÕES SOBRE A GUERRA E A LEI	MAIO	2000	33	109	120
322	REFLEXÕES SOBRE DIREITO E PROCESSO	DEZEMBRO	1971	14	45	72
323	REFORMA DA LEGISLAÇÃO CRIMINAL	DEZEMBRO	1994 - 1995	28	85	96
324	REFORMA DA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES	DEZEMBRO	1970	13	105	138
325	REFORMA DO SISTEMA BANCÁRIO	DEZEMBRO	1957	5	121	152
326	RELAÇÕES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ABORDAGEM DA DISCRIMINAÇÃO POSITIVA E INVERSA	DEZEMBRO	2000	34	13	34
327	RELAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO COM AS OUTRAS ÓRBITAS DE GOVERNO	DEZEMBRO	1953	1	5	25
328	RELATÓRIO SOBRE O ANTE-PROJETO DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL	MAIO	1985	22	180	201
329	REMÉDIOS PROCESSUAIS DA ADMINISTRAÇÃO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO	DEZEMBRO	1960	8	100	113
330	REPRESSÃO INTERNACIONAL DA CRIMINALIDADE	DEZEMBRO	1953	1	121	146
331	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E DENUNCIÇÃO DA LIDE	DEZEMBRO	1986	23	129	206
332	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - MATERIAL PARA DISCUSSÃO DO TEMA	DEZEMBRO	1986	23	269	275
333	RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATIVIDADE LÍCITA: ESPECIALIDADE E ANORMALIDADE DO DANO	DEZEMBRO	1986	23	207	226
334	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO. O ESTADO. OS SUJEITOS QUE O COMPÕEM. VÍTIMAS DO DANO. O USUÁRIO E O TERCEIRO	DEZEMBRO	1986	23	89	104
335	RESPONSABILIDADE SEM CULPA	DEZEMBRO	1956	4	234	250

336	RESTRIÇÕES E CONCESSÕES AOS DIREITOS DOS ESTRANGEIROS	DEZEMBRO	1956	4	35	62
337	REUMATISMO, DOENÇA - DO - TRABALHO	DEZEMBRO	1957	5	109	120
338	REVISÃO DO CRIME CONTINUADO	DEZEMBRO	1969	12	173	190
339	SENTENÇAS ESTRANGEIRAS DO DIVÓRCIO	DEZEMBRO	1957	5	223	243
340	SENTENÇAS ESTRANGEIRAS MERAMENTE DECLARATÓRIA DO ESTADO DAS PESSOAS	DEZEMBRO	1961-1963	9	29	32
341	SÍNTESE ANALÍTICA DA CONJUNTURA ECONÔMICA DO PARANÁ E DO BRASIL EM 1958	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	63	70
342	SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO: UMA APROXIMAÇÃO IDEOLÓGICA	NOVEMBRO	1998	30	215	233
343	SISTEMAS DETERMINADORES DA NACIONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA E O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO	DEZEMBRO	1969	12	241	256
344	SISTEMAS Y EXPERIENCIAS EM ENSEÑANZA PRACTICA O APLICADOS PARA LAS PROFESIONES JURÍDICAS	DEZEMBRO	1964 - 1967	10	75	88
345	SOBRE A CRISE DOS PARADIGMAS JURÍDICOS E A QUETÃO DO DIREITO ALTERNATIVO	NOVEMBRO	1998	30	69	99
346	SOBRE A PROBLEMÁTICA: CERTEZA NO DIREITO	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	221	227
347	SOBRE AS DOCTRINAS DO RECONHECIMENTO	DEZEMBRO	1956	4	9	19
348	SOBRE DIREITO E IDEOLOGIA	MAIO	1985	22	262	270
349	ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA CONSTITUIÇÃO COMO LEI FUNDAMENTAL DO DIREITO CIVIL	DEZEMBRO	1996	29	147	150
350	SOBRE O ANTEPROJETO DE NOVO CÓDIGO PENAL	DEZEMBRO	1961-1963	9	57	62
351	SOCIEDADE DE ESTADO	DEZEMBRO	1958 - 1959	6 - 7	179	180
352	SONHO E DIREITO	DEZEMBRO	2000	34	77	90
353	SUGESTÕES DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO CIVIL	DEZEMBRO	1972	15	74	129
354	TANSFORMAÇÕES DO DIREITO	DEZEMBRO	1955	3	337	347
355	TELEVISÃO - PROBLEMAS MÉDICO - SOCIAL DE RELÊVO	DEZEMBRO	1968	11	115	132
356	TEMAS DO PROCESSO CIVIL	DEZEMBRO	1956	4	157	169
357	TEORIA DO ESTADO COMPOSTO	DEZEMBRO	1953	1	187	199
358	TÍTULOS HÁBEIS PARA PEDIDO DE FALÊNCIA	DEZEMBRO	1955	3	322	336
359	TRABALHO E PENA	DEZEMBRO	1999	32	7	24
360	TRATAMENTO JURÍDICO DA RETROCESSÃO	DEZEMBRO	1969	12	191	202
361	TUTELA DOS DIREITOS NO CÓDIGO CIVIL PORTUGAL	DEZEMBRO	1969	12	115	136
362	TUTELA SANCIONATÓRIA E TUTELA PREVENTIVA	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	117	126
363	UM NOVO CASO DE QUALIFICATIVA PENAL EM HOMICÍDIO	DEZEMBRO	1954	2	69	75

364	UMA LEITURA DA GLOBALIZAÇÃO A PARTIR DAS TEORIZAÇÕES DE ÉMILE DURKHEIM	MAIO	2001	35	31	72
365	UMA NOVA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: PROCESSO E CONSTITUIÇÃO	NOVEMBRO	1998	30	285	291
366	UMA VISÃO SISTEMÁTICO - DOGMÁTICA DA PENA	DEZEMBRO	1978 - 1979 - 1980	19	147	160
367	UNIÃO EUROPÉIA - A ESPERANÇA DE UM MUNDO NOVO	MAIO	1999	31	65	126
368	UNIDADE EDUCACIONAL	DEZEMBRO	1955	3	9	120
369	VAGAS NÃO PREENCHIDAS EM ESCOLAS SUPERIORES	DEZEMBRO	1956	4	251	256
370	VELHICE E CASAMENTO	DEZEMBRO	1957	5	166	192
371	VELHICE E SUICÍDIO	DEZEMBRO	1956	4	83	104

























